

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Ciências Sociais

Maria Eduarda Vieira Lomba Walmott Borges

**A posição da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) na crise política
brasileira (2015-2022)**

Uberlândia

2025

Maria Eduarda Vieira Lomba Walmott Borges

**A posição da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) na crise política
brasileira (2015-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito para obtenção
do título de Bacharel e Licencianda em
Ciências Sociais

Área de concentração: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Danilo Enrico
Martuscelli

Uberlândia

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B732 Borges, Maria Eduarda Vieira Walmott, 2003-
2025 A posição da Associação Brasileira do Agronegócio
(ABAG) na crise política brasileira (2015-2022)
[recurso eletrônico] / Maria Eduarda Vieira Walmott
Borges. - 2025.

Orientador: Danilo Enrico Martuscelli.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em
Ciências Sociais.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Sociologia. I. Martuscelli, Danilo Enrico, 1978-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

Maria Eduarda Viera Lomba Walmott Borges

**A posição da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) na crise política
brasileira (2015-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito para obtenção
do título de Bacharel e Licencianda em
Ciências Sociais

Aprovado em: 12/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli- INCIS/UFU

Dra. Maria Angélica Chagas Paraizo – Unicamp

Profª. Ma. Luana Alice Forlini – Unicamp

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão e dedicar esta dissertação as pessoas que fizeram parte desse processo: Rafael, meu namorado; Alexandre, meu pai; Ana, minha irmã; e ao Professor Danilo, meu orientador.

Primeiramente, a você, Rafael, meu mais sincero agradecimento. Obrigada por estar sempre ao meu lado, me acompanhando em cada escolha e decisão. Você foi a presença constante de apoio, nunca desistiu de me ajudar e esteve comigo tanto nos momentos de desafios quanto nas vitórias. Sua parceria foi e é importante, não só durante minha trajetória universitária, mas também em minha vida pessoal, além dos muros da faculdade. Você é meu apoio, meu amor e minha maior alegria.

Ao meu pai, Alexandre, minha eterna gratidão. Seu apoio incansável e seus conselhos foram sempre a base sobre o qual construí meus passos. Considero você minha maior inspiração, meu espelho. Uma das razões para que esta dissertação tenha se tornado realidade é sua dedicação e presença constante ao meu lado, orientando minha jornada acadêmica e minha vida. Agradeço por nunca ter questionado minhas escolhas e por ter sido meu maior apoio desde o início da graduação até este momento de conclusão.

A Ana, minha irmã, agradeço a companhia que sempre me ofereceu. Mesmo com a distância que nos separa agora, os momentos de risadas e de cumplicidade foram fundamentais durante a realização deste trabalho. O apoio, ainda que indireto, foi essencial para o meu bem-estar, e sou grata por tudo que compartilhamos ao longo da vida.

Por fim, ao Professor Danilo, minha profunda gratidão. Agradeço imensamente por ter me aceitado como orientanda ao longo desses anos. Seus ensinamentos foram decisivos para que eu encontrasse meu caminho dentro do curso de Ciências Sociais. Sua orientação não será esquecida, pois suas ideias e discussões sempre impulsionaram meu crescimento, tanto acadêmico quanto pessoal. Seu papel como orientador foi essencial para a minha formação e serei eternamente grata por isso.

RESUMO

A pesquisa visa analisar o posicionamento da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) na conjuntura brasileira de crise e instabilidade política, que se inicia com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2015-2016, e se estende até o término do mandato de Jair Bolsonaro, no final de 2022. Para tanto, buscou-se utilizar como fontes primárias: os documentos da ABAG (informativos, relatórios de atividades, anais de congressos, notas públicas); entrevistas e postagens de dirigentes da entidade publicadas nas mídias digitais; e matérias da mídia sobre a entidade. Além disso, a pesquisa se valeu do estudo da bibliografia sobre a ABAG, o agronegócio no Brasil, a política brasileira na conjuntura mais recente e a teoria das frações de classe. Em meios jornalísticos, políticos e acadêmicos, é muito comum o agronegócio ser apresentado como um bloco monolítico sem fissuras. Diferente de tal visão e baseando-se na teoria dos fracionamentos de classe desenvolvida pelos estudos poulantzianos, este trabalho procurou demonstrar que o agronegócio é atravessado por conflitos oriundos da escala de capital, da função de capital (ou atividade econômica) e da inserção da burguesia no sistema econômico internacional que incidem no processo político. Nesse sentido, essa pesquisa sustenta como hipótese que a ABAG representa o grande capital internacional ligado à produção de insumos agropecuários e à agroindústria do setor sucroalcooleiro. É justamente a partir da vinculação da ABAG com os interesses dessas frações de classe que podemos compreender seu posicionamento particular na conjuntura brasileira dos últimos anos.

Palavras-chaves: Agronegócio; Burguesia; Associação Brasileira do Agronegócio; Crise política; Política brasileira

ABSTRACT

This research aims to analyze the position of the Brazilian Agribusiness Association (ABAG) in the Brazilian context of crisis and political instability, which began with the *impeachment* of Dilma Rousseff in 2015-2016 and extends until the end of Jair Bolsonaro's term in late 2022. To this end, primary sources were used: ABAG documents (newsletters, activity reports, congress proceedings, public statements); interviews and posts by the organization's leaders published in digital media; and media reports about the organization. In addition, the research drew on the study of the bibliography on ABAG, agribusiness in Brazil, Brazilian politics in the recent context, and the theory of class fractions. Agribusiness is often presented as a monolithic bloc without fissures in journalistic, political, and academic circles. Different from this view and based on the theory of class fractionation developed by Poulantzian studies, this work sought to demonstrate that agribusiness is traversed by conflicts arising from the scale of capital, the function of capital (or economic activity), and the insertion of the bourgeoisie in the international economic system that affect the political process. In this sense, this research hypothesizes that ABAG represents large international capital linked to the production of agricultural inputs and the agroindustry of the sugar-alcohol sector. It is precisely from the connection of ABAG with the interests of these class fractions that we can understand its particular positioning in the Brazilian context of recent years.

Keywords: Agribusiness; Bourgeoisie; Associação Brasileira do Agronegócio; Political crisis; Brazilian politics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Associações patronais ou empresariais do agronegócio.....	22
Tabela 2- Empresas comercializadoras ou produtoras de insumos para a atividade agropecuária.....	23
Tabela 3- Empresas ligadas à produção de <i>commodities</i> e/ou sua comercialização	23
Tabela 4- Associados ligados à prestação de serviços para o agronegócio.....	24
Tabela 5- Representantes do setor sucroalcooleiro	24
Tabela 6- Instituições financeiras	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Envolvimento de Jair e Michele Bolsonaro com Fabrício Queiroz	49
Figura 2 - Crítica da ditadura e defesa da democracia (parte 1)	50
Figura 3 - Crítica da ditadura e defesa da democracia (parte 2)	50
Figura 4 – Crítica à gestão negacionista de Bolsonaro na pandemia.....	51
Figura 5 – Crítica às manifestações bolsonaristas na pandemia.....	51
Figura 6- Manifesto de apoio de entidade agroindustriais ao Estado Democrático de Direito	60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ABAG: ORIGEM E FORMAÇÃO.....	15
3. A ATUAÇÃO DA ABAG NA CONJUNTURA POLÍTICA DOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER.....	27
3.1 A ABAG diante do segundo governo Dilma Rousseff	27
3.2 A ABAG na conjuntura do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	34
3.3 A ABAG, O governo de Michel Temer e as “reformas urgentes”.	39
4. A ATUAÇÃO DA ABAG NA CONJUNTURA POLÍTICA DAS ELEIÇÕES DE 2018 E DO GOVERNO BOLSONARO	46
4.1 A ABAG diante da ascensão do bolsonarismo	46
4.2 A crise da imagem ambiental do agronegócio e a crise democrática em tempos de pandemia.....	52
4.3 A ABAG no cenário eleitoral de 2022	64
5. CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS.....	74

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio é muitas vezes concebido como um conjunto unificado e singular das cadeias produtivas das *commodities*. A própria noção de agronegócio ou *agribusiness* remete ao conceito abrangente de cadeias produtivas, que busca englobar todo o sistema de operações da produção, manejo, processamento e distribuição em uma única categoria. Ao pressupor uma unidade e homogeneidade dos diversos elos do sistema de produção das *commodities*, muitos analistas compreendem que todos os seus agentes estão interligados e operam em sintonia. No entanto, tal concepção ofusca os conflitos e divergências presentes entre os variados segmentos que compõem o agronegócio. Esses conflitos, mesmo quando não se manifestam de maneira aberta, podem ser observados quando se leva em consideração a relação desses agentes da cadeia produtiva do agronegócio com a política de Estado.

Partindo dos estudos orientados pela teoria política desenvolvida por Nicos Poulantzas, consideramos que o Estado capitalista possui como de uma de suas funções principais unificar politicamente os interesses das classes dominantes (Martuscelli & Granato, 2024, p. 42). Assim, é o Estado capitalista que garante a constituição do “bloco no poder”, entendido como uma “unidade contraditória com dominante” (Martuscelli & Granato, p. 42). Tomando como base a análise poulantziana acerca do bloco no poder, é possível fazer uma análise sobre a conceituação do termo *agribusiness*. Para Poulantzas (2019), o “bloco de poder”, enquanto unidade política, é visto como uma unidade permeada por contradições, tendo em vista a existência neste bloco de frações da burguesia que se diferenciam principalmente na análise de Poulantzas, presente em *Poder político e classes sociais* (2019), conforme a escala e a função de capital. Entretanto, é preciso ressaltar que as diferentes frações burguesas que atravessam o agronegócio estão, de fato, presentes no bloco no poder. Contudo, como essas frações possuem interesses variados e, muitas vezes, divergentes, tais diferenças podem refletir-se nas relações políticas das frações dentro do próprio agronegócio. Isso justifica a impossibilidade de tratar o setor econômico do agronegócio como “monolítico”, sem fissuras.

Observado isso, o objetivo desse trabalho é compreender o posicionamento político da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) na conjuntura de crise da política brasileira, entre 2015 e 2022. Além disso, pretendemos observar os conflitos que emergem entre os diferentes segmentos do agronegócio no contexto da crise política

ocorrida recentemente no país. Esse contexto exige uma análise atenta sobre como essas frações atuam para preservar seus interesses no cenário político brasileiro. O recorte temporal escolhido é particularmente relevante, pois abrange um período visivelmente marcado por polarizações e conflitos, como os associados à deposição de Dilma Rousseff e os ocorridos durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Logo, examinaremos o caso da ABAG levando em consideração a existência desses fracionamentos da classe burguesa, compreendendo-o não como um todo homogêneo, mas permeadas por interesses contraditórios e que podem conflitar entre si. Assim, mesmo que o Estado capitalista consiga unificar politicamente a classe dominante, existem contradições não antagônicas em seu seio. Ademais, é preciso considerar que o Estado capitalista procura hierarquizar politicamente os interesses das frações dominantes, sendo que a fração com interesses predominantes e priorizados pelo Estado é denominada de “fração hegemônica” (Martuscelli & Granato, 2024, p. 44), vindo a exercer assim a hegemonia dentro do bloco no poder.

De caráter exploratório e descritivo, a pesquisa buscou dados sobre a ABAG e seus posicionamentos, com ênfase em documentos produzidos pela própria associação, tais como “Informativos”, “Relatórios de atividades” e “Anais do Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA)”¹. Nesses documentos, a ABAG detalha suas realizações e define os objetivos a serem alcançados no ano seguinte. Além disso, são apresentados dados mais técnicos sobre a associação, como o número de membros, os nomes da diretoria, os associados, a equipe executiva, entre outros. Por fim, analisamos os documentos referentes ao “Congresso Brasileiro do Agronegócio” (CBA). Esses materiais são especificamente voltados para as questões discutidas no evento e, também, são publicados anualmente. Os anais são intitulados conforme o tema do evento, e os materiais analisados

¹ Esses materiais foram encontrados no site da ABAG <https://abag.com.br/>, englobando também as redes sociais da entidade (Instagram – https://www.instagram.com/abag_brasil/ e Twitter/X – <https://x.com/abagbrasil>). Considerando a quantidade de materiais analisados da ABAG nesta pesquisa, chegamos aos seguintes números: 16 “Informativos”, oito “Relatórios de atividades” e oito “Anais CBA”. Os “Informativos” contêm informações sobre as pautas do agronegócio, que são difundidas em um reduzido número de páginas e elaboradas em linguagem objetiva e direta. Trata-se de publicação trimestral, sendo a última disponível no site a de número 119. As edições analisadas neste trabalho abrangem os “Informativos” de número 95 a 118. Observamos ainda que não foi possível realizar a análise de todas as edições desse recorte, pois algumas apresentavam links corrompidos ou estavam inacessíveis. Os “Relatórios de atividades” são publicados anualmente, geralmente no início do ano, contendo informações sobre as principais atividades realizadas pela associação no ano correspondente e costumam ter um número maior de páginas, cerca de 60.

abordam, cronologicamente, os seguintes temas: “Sustentar é Integrar” (2015), “Liderança e Protagonismo” (2016), “Agro como Plataforma para Abertura de Mercados” (2017), “Exportar para Sustentar” (2018), “Agro: Momento Decisivo” (2019), “Lições para o Futuro” (2020), “Nosso Carbono é Verde” (2021) e “Integrar para Fortalecer” (2022).

Foi necessário o uso de outras fontes, como o “Canal Rural” e o “Globo Rural”, que contribuíram para aprofundar a discussão sobre o agronegócio e as ações da ABAG. Neste caso, examinamos materiais que não foram inicialmente encontrados nos canais da própria associação. Também foram utilizados como fontes: entrevistas, debates e artigos de opinião de representantes da ABAG que abordassem as pautas de interesse da pesquisa. Foram analisadas também bibliografias que abordam o agronegócio brasileiro, a conjuntura política do país e a atuação da entidade em momentos anteriores à delimitação temporal desta pesquisa. Essas referências foram fundamentais para fornecer instrumentos analíticos acerca de debates teóricos e contextos históricos e políticos que foram objeto de nossa investigação.

A pesquisa incluiu ainda um exame do perfil dos membros associados da ABAG no período selecionado. Para isso, foram aplicadas técnicas de classificação que permitiram identificar a predominância dos associados e as atividades exercidas, o que enriqueceu nossa compreensão sobre o posicionamento da entidade em relação a seus membros. Foi empregada a técnica de análise de conteúdo, iniciando com a leitura dos materiais coletados e mapeando os conteúdos mais relevantes e impactantes na ABAG entre 2015 e 2022. Além disso, foi crucial observar como a entidade utilizou linguagens, frases e narrativas para construir significados que refletem seus interesses. Nesse contexto, a análise do conteúdo do discurso foi essencial para entender como certas expressões e termos são empregados para moldar a imagem pública da ABAG e sua atuação. A pesquisa também se propôs a analisar os dados coletados sobre os posicionamentos da ABAG em cada governo considerando o recorte temporal de 2015 a 2022. Em conjunto com a leitura de trabalhos de outros autores, buscou-se interpretar as manifestações da entidade em relação às administrações federais desta conjuntura. Para isso, foi feita uma análise comparativa dos diferentes períodos, permitindo identificar e comparar as posturas da ABAG sob os diversos governos, além de observar como suas estratégias e posicionamentos mudaram ou se mantiveram em contextos políticos

distintos. Também foi aplicado esse método para comparar as posições da ABAG com as de outras entidades e associações do agronegócio brasileiro, principalmente a Aprosoja, o que nos permitiu identificar divergências entre essas entidades em relação a algumas pautas.

A escolha da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) como foco da pesquisa se justifica pelo fato de que a associação é uma das principais entidades representativas do agronegócio no Brasil, englobando diversos segmentos. Embora haja um certo predomínio de interesses dentro da associação, é visível a participação de diferentes setores do agronegócio. A análise revelou o predomínio na ABAG de interesses de segmentos que atuam, para utilizar um jargão dos estudos rurais, “antes e depois da porteira”², ou seja, segmentos dos quais participam, em sua maioria, empresas multinacionais de insumos, e setores da indústria sucroalcooleira.

É fundamental destacar a importância da ABAG no fortalecimento e na ampliação do conceito de agronegócio no Brasil, desempenhando um papel pioneiro e central na consolidação do termo *agribusiness* no contexto brasileiro. A entidade tem sido crucial na articulação e organização dos interesses do setor, sendo responsável por eventos significativos como o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA). Este congresso se destaca como um dos principais encontros do setor, reunindo não apenas representantes de diversos segmentos produtivos, mas também governadores, deputados e ministros, o que reflete a influência da ABAG nas discussões políticas e econômicas. Dado seu papel estratégico na defesa e promoção dos interesses da agroindústria no Brasil, é essencial analisar a atuação da ABAG no contexto da recente crise política, um período caracterizado por uma série de crises múltiplas (política, social, sanitária, ambiental e econômica), que impactaram diretamente o posicionamento dos principais atores empresariais, incluindo as representações do agronegócio. Este cenário exige uma

² Os termos “antes”, “dentro” e “fora” da porteira são comumente usados no contexto do agronegócio brasileiro para categorizar as diferentes áreas de produção dentro da cadeia produtiva. O uso desses termos na pesquisa se justifica pela possibilidade de ilustrar as segmentações, divisões e contradições presentes no interior do agronegócio. Os termos fazem referência metaforicamente às etapas da cadeia do agronegócio: “antes da porteira” se refere àquilo que é necessário para a produção, mas que não se processam dentro da própria propriedade rural, tais como: insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos etc) e maquinários; “dentro da porteira” faz referência à produção direta das *commodities*, incluindo o plantio e manejo; por fim, “fora da porteira” corresponde à parte final do processo da cadeia, relacionada às atividades de armazenamento, processamento e distribuição do que foi produzido.

reflexão aprofundada sobre como tais crises influenciaram as dinâmicas e os posicionamentos da ABAG e seus interlocutores no setor.

Chamamos a atenção para o fato de que os estudos mais aprofundados sobre a ABAG tendem a se concentrar no período anterior a 2015, que demarca o início da análise de nossa pesquisa, e não se centram no estudo da posição da ABAG diante da política implementada por governos brasileiros e dos processos de crise política no país, estudo que procuraremos empreender neste trabalho de conclusão de curso. Na obra “Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil”, Regina Bruno (1997) dedica todo um capítulo para analisar as novas formas de articulações de interesses do patronato rural e agroindustrial, destacando a participação da ABAG no fortalecimento da retórica política das elites empresariais do *agribusiness*. É também possível fazer referência às importantes contribuições sobre o tema produzidas por Elaine Lacerda (2013) no artigo “Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil” e por Sônia Regina de Mendonça e Pedro C. F. Oliveira (2015) no artigo “ABAG: Origens históricas e consolidação hegemônica”. Esses trabalhos procuram colocar em evidência a reconfiguração dos meios de representação e os novos mecanismos de construção da hegemonia do agronegócio no país e abordam o protagonismo da ABAG nesse processo, que se inicia no final dos anos 1980 e se aprofunda nas décadas seguintes. Por fim, podemos mencionar a tese de doutorado de Afonso Henrique Fernandes (2022) intitulada “Na trama política da hegemonia do agronegócio: transformações e conexões a partir do Brasil e da Argentina”, que aborda as transformações políticas entre as lideranças do agronegócio brasileiro e argentino na construção de uma hegemonia agroindustrial, fazendo um comparativo entre associações patronais do agronegócio dos dois países e dando destaque à atuação da ABAG.

Em síntese, a pesquisa busca contribuir para o entendimento das dinâmicas de classe e das disputas de poder dentro do agronegócio, uma vez que os estudos até então realizados não têm se aprofundado na maneira como a ABAG, em sua articulação com o Estado, se relacionou com os distintos segmentos e interesses do setor nos processos de crise e instabilidade política no Brasil entre 2015 e 2022. A análise proposta neste trabalho é, portanto, uma contribuição importante para a compreensão da ABAG, não apenas como

uma entidade corporativa do agronegócio, mas como um ator político fundamental para moldar e articular os interesses da agroindústria no cenário político brasileiro.

Para apresentar a atuação das classes dominantes do agronegócio brasileiro na conjuntura política entre 2015 e 2022, especificadamente os posicionamentos da entidade patronal escolhida como objeto de estudo desta pesquisa: ABAG, iniciaremos a discussão a partir do regaste histórico do processo de desenvolvimento do setor do agronegócio no Brasil. Em seguida, apresentaremos o surgimento da ABAG no contexto da necessidade da incorporação da ideia de *agribusiness* no país. Por fim, trataremos dos segmentos predominantes na entidade, a partir da análise do perfil dos membros de sua diretoria no período considerado. Após introduzir os fatos que permitiram o desenvolvimento do agronegócio no país e abordar brevemente a história da entidade, examinaremos o comportamento da ABAG em relação à política de Estado e aos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

2. ABAG: ORIGEM E FORMAÇÃO

Para explorar analiticamente o relacionamento da ABAG com o governo federal em diferentes momentos, a discussão se inicia com o entendimento sobre qual é a dinâmica do agronegócio brasileiro. A princípio, é perceptível que o agronegócio é atravessado por variados segmentos e cadeias produtivas. Dessa forma, mesmo o agronegócio englobando todas as etapas da produção agrícola, os seus variados elos e segmentos apresentam comportamentos diversificados. Por essa razão, o agronegócio é composto por diversas classes dominantes, atravessado por diferentes ramos com múltiplas funções, escola e origens de capital, consequentemente, em seu interior existem relações e interesses conflitantes. Esses conflitos resultam principalmente de contradições relacionadas à origem de capital entre seus elos de produção, à escala de capital (pequeno, médio e grande), à função de capital (industrial, comercial, financeira) e por último à inserção no sistema econômico internacional (burguesia associada, interna e nacional) (Paraizo, 2021, p. 115). Por isso, é importante ressaltar que as ações do Estado não contemplam igualmente todos seus elos.

Então, para retratar a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e como se deu o seu envolvimento com determinados governos, é necessário realizar a construção histórica da atividade agropecuária no Brasil, essencial para esse trabalho por permitir aprofundar o entendimento dos comportamentos da entidade em relação aos governos no âmbito federal dos anos entre 2015 e 2022, assim como expor as particularidades da associação e os interesses representados por ela.

A princípio, o contexto anterior ao surgimento da ABAG é representado pelo desenvolvimento da modernização da atividade agrícola em meados dos anos 50, isto é, quando a agricultura e todos os seus métodos e instrumentos se renovaram buscando a melhoria de sua produtividade. Esse momento é o cenário de aparecimento da noção de agronegócio na esfera pública brasileira. A ideia de agronegócio, segundo Caio Pompeia (2021) em “A formação política do agronegócio”, é entendida como a tradução do neologismo norte-americano *agribusiness*. A noção de *agribusiness* foi criada nos anos

de 1950 por um grupo acadêmico da escola de negócios da Universidade de Harvard³. A ideia do neologismo designava uma área que englobasse a agricultura (*agriculture*) e o negócio (*business*). Por meio de narrativas asseguradoras da participação de agentes privados na atividade agrícola, os economistas argumentavam que a maneira mais adequada para a produção se constituiria quando os negócios se relacionavam com a produção da agricultura. O neologismo foi utilizado para a defesa de uma política de desenvolvimento que considerava a interdependência e correlação dos três setores da economia. Mais adiante, no período da ditadura militar brasileira, a agricultura e a pecuária no país ganham outros padrões de produção. Nesse contexto, o que se percebe na atividade agrícola é a modernização do campo conduzida pela ação estatal da época — período que corresponde à “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Nesse momento, o desenvolvimento da agricultura seguia para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, em que a produção agrícola era modernizada ao mesmo tempo que se conservavam as estruturas sociais agrárias existentes (Guimarães, 1989). As características principais desse processo são a inserção da técnica e tecnologia na exploração agropecuária, resultando na transformação da exploração agropecuária para suas características capitalistas e empresariais. Dentro desse conjunto de técnicas que visavam a produtividade das *commodities*, persistia a manutenção da estrutura agrária, com a concentração fundiária e a concentração de renda no campo (Guimarães, 1989).

O conjunto de estratégias de modernização do campo visava o aprimoramento do cultivo, criação e manejo, utilizando-se de novas tecnologias capazes de cumprir as melhorias desse processo, como exemplo: a introdução de defensivos agrícolas, maquinário, sementes modificadas, aprimoramento genético de animais, entre outros. Logo, ocorre a transformação da agricultura que é distante de seus traços tradicionais e passa a se assemelhar e a se aproximar da lógica de funcionamento industrial (Guimarães, 1989). O resultado disso é o movimento de integração da agricultura com a indústria, criando vínculos de submissão da atividade agrícola em relação à industrial (Guimarães, 1989), uma vez que o controle do aumento da produtividade, da eficiência e da

³ O termo *agribusiness* foi cunhado pelos professores John Davis e Ray Goldberg da escola de negócios de Harvard em 1957, em específico, no livro “*A Concept of Agribusiness*”.

comercialização desses produtos passam a ser orientados pela administração de grandes empresas monopolistas.

No começo dos anos da década de 1990, especialmente a partir do governo de Fernando Collor de Mello, se inicia o ciclo do neoliberalismo na agenda econômica do país. Dessa maneira, a política agrícola sofre mudanças para se adequar ao novo parâmetro político-econômico neoliberal do período. Diferentemente de outros momentos em que setor pode contar com forte aporte de subsídios, as transformações neoliberais reduziram as verbas orçamentárias para o financiamento da agropecuária. A partir disso, os agentes privados do mercado financeiro percebem a oportunidade de assumir o papel de financiar essa atividade e isso resulta no aprofundamento da submissão dos produtores rurais ao capital financeiro e industrial (Paraizo, 2021).

Além desse cenário, é possível observar a emergência dos movimentos ligados à luta pela terra. Essas movimentações seriam motivo de preocupação da agricultura patronal para pautar seus interesses que vinham perdendo visibilidade na esfera pública. O seu fraco posicionamento político e econômico, devido à fragmentação desses interesses entre as cadeias do setor, impossibilitava a elaboração de um discurso abrangente para discutir os interesses patronais gerais (Pompeia, 2021). Consequentemente, perderiam a competência de se articularem seus interesses na agenda política e econômica, devido à precariedade de uma organização dos posicionamentos e demandas.

A agricultura patronal passa a necessitar de mudanças para assegurar a sua notoriedade nas agendas econômicas e políticas do país. Diante disso, necessitando conquistar mentes e corações da esfera governamental e social, líderes da agropecuária brasileira tratam de viabilizar uma nova perspectiva para o setor, gerando efeitos para o futuro resgate da noção de *agribusiness*. Ainda em meados dos anos 1980, surge a União Democrática Ruralista (UDR), um dos principais representantes que politizariam as questões agrárias no Brasil, principalmente o debate sobre a propriedade da terra. É também nesse contexto que se dá o aparecimento da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) (Pompeia, 2021). A ação das duas representações geraria a elaboração de estratégias de resistência às políticas favoráveis de redistribuição de terras. Outro elemento fundamental nesse cenário foi a ação da FAAB em aproximar politicamente associações representativas do setor. Como constata Caio Pompeia (2021, p. 114):

Em atuação no âmbito da Constituinte, a FAAB chegou, ainda que de maneira incipiente, a um resultado inovador: a aproximação política de associações que tinham representatividade na agricultura — como a CNA e a SRB — com algumas entidades de segmentos a montante e a jusante da agropecuária. Principal líder da Frente Ampla, Roberto Rodrigues enfatizou, em diferentes oportunidades, os méritos dessa convergência intersetorial, caracterizando-a como embrião de uma articulação política do agribusiness no Brasil.

O que se pode perceber, diante do cenário apresentado pelo autor, é o começo da atividade dos segmentos “antes e depois da porteira” nas articulações da política brasileira, ou seja, as discussões de política agrícola não estavam centradas apenas nos produtores de “dentro porteira”, mas representava o começo da atuação da indústria no que tange às pautas políticas agrícolas e agrárias. A partir daí, se observa o embrião de elementos que foram fundamentais para a construção e o surgimento da ABAG.

Dada essa conjuntura, junto ao panorama da participação da FAAB, outra representação abriria os caminhos para a expansão do conceito de agronegócio no Brasil. Sob a liderança da Agrocerec⁴, a reorganização da atividade agrícola parte da retomada da ideia da categoria *agribusiness* e, por meio da recuperação da noção original do neologismo, o grupo desencadeou para o futuro setor do agronegócio um favorável projeto político-econômico (Pompeia, 2021). Com esse cenário e o novo funcionamento do bloco agropecuário, ressurgiu a tentativa de recuperar a relevância da agroindústria no país. Assim, para a construção de uma nova agropecuária era essencial a articulação dos elementos de uma agricultura industrial capitalista e os elementos da agenda neoliberal para a recuperação da legitimidade na sociedade e no Estado. Para isso, foi articulada pela Agrocerec uma tentativa de legitimar a participação do agronegócio na esfera pública. Essa ação foi feita por meio da construção de argumentos convincentes de que a atuação desses segmentos beneficiaria todo o país.

A articulação do agronegócio brasileiro para a legitimação de sua atividade não se restringe apenas aos anos iniciais de sua atividade. Essa prática também se faz presente nas conjunturas mais recentes. Além do emprego recorrente de “ideias-forças” (Pompeia, 2020, p. 198) que remetem à segurança alimentar e à produtividade do setor, o

⁴ A Agrocerec é uma empresa industrial que atua na produção de insumos para a atividade agropecuária. A empresa participa principalmente das atividades de nutrição animal. Nos anos 80, alguns membros da Agrocerec desempenharam um papel central na divulgação da noção de agribusiness. Esses membros, que tiveram contato direto com Ray Goldberg, foram um dos pioneiros para divulgação do neologismo no Brasil.

agronegócio brasileiro tem feito insistentemente o uso de estatísticas macroeconômicas, como o PIB, para dialogar sobre os benefícios que resultariam da ação do empresariado agroindustrial. Ocorre que, na prática, o agronegócio não é necessariamente um mecanismo de diminuição das desigualdades do país, podendo até mesmo ser considerado um potencializador dessas problemáticas, principalmente no campo (Pompeia, 2020). Em termos gerais, os dados do PIB têm sido utilizados como artifício de pressão dos ruralistas para ganhar apoio do Estado, aumentar sua lucratividade e ampliar seus negócios (Pompeia, 2020).

Retomando a discussão principal, a participação da Agrocere se mostrou cada vez mais presente em virtude da política econômica do governo Collor. No cenário econômico desfavorável, os esforços da entidade para prestigiar e impulsionar o *agribusiness* visavam criar uma organização que unisse formalmente os interesses do setor. O novo elemento para a agricultura brasileira necessitaria de uma nova rearticulação política dos atores patronais, isso encadearia a iniciativa liderada por Rodrigo Rodrigues (FAAB) e Bittencourt de Araújo (Agrocere) de criar uma “Associação Nacional do *Agribusiness*”. Isto posto, no início dos anos 1990, surge como entidade patronal do bloco agropecuário: a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Com propostas de integrar os setores da agroindústria, a ABAG articula e constrói o entendimento de uma nova agricultura, que integraria na atividade agrícola agentes dos setores empresarial, industrial e financeiro, conhecidos no jargão dos estudos rurais como setores que se situam “antes e depois da porteira”. Da mesma forma, surge a necessidade de criar uma organização dos interesses da agricultura patronal para serem pautados na agenda política do país. Neste período, a ABAG reconfigura as demandas da atividade agropecuária, integrando características industriais ao setor e colocando em prática o conceito de *agribusiness* formulado pelos economistas de Harvard, diferenciando-se de outras entidades já existentes que representavam principalmente os produtores rurais, como era o caso da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (Leal, 2002).

A ABAG é um dos frutos do processo de modernização da produção agrícola e a aproximação da agenda econômica brasileira com o modelo capitalista neoliberal, que acabou favorecendo a entrada e a atuação de empresas globais no país. A formação da ABAG se deu no ano de 1993 com a sua apresentação realizada por Ney Bittencourt de Araújo. O fundador da entidade destacou os possíveis desafios enfrentados pelo

agronegócio brasileiro, que seriam os seguintes: organizar o processo de desenvolvimento sustentado, participar e atuar na economia internacional, reverter a questão da desigualdade de renda e priorizar as questões ambientais (ABAG, s.d.). Assim, a associação visava à organização das representações dos segmentos do agronegócio, com a realização de estratégias para os diversos “elos da cadeia, do campo à indústria” (ABAG, s.d.). A associação se apresenta publicamente como a única representação que agrupa os diversos setores da atividade (ABAG, s.d.). Dentro dessa união, são encontradas empresas com grande atuação global, outras associações e cooperativas agrupadas por produtos temáticos — desse conjunto são contabilizados mais de 70 associados.

Os agentes associados da ABAG constituem uma espécie de união da agropecuária moderna capitalista com o mercado mundial. Essa característica é algo publicamente aclamado pela entidade, conforme percebido em diversos documentos produzidos por ela, como, por exemplo, no trecho: “Foram 30 anos intensos. Esperamos que sejam ainda mais, no rumo à liderança agroindustrial mundial” (ABAG, 2023, p. 7). Essa frase, presente em uma publicação em comemoração aos 30 anos da entidade, orienta a percepção sobre quais são os elos e interesses que a ABAG representa no setor do agronegócio. O exame da origem e dos segmentos que cada associado representa permite-nos ratificar a tese acerca da heterogeneidade do agronegócio. É perceptível como os interesses pautados na entidade envolvem, em sua maioria, agentes da montante e da jusante da produção. Ao analisar os materiais produzidos pela associação, os discursos de agentes da diretoria, o compartilhamento de postagens em plataformas digitais e as apresentações que ocorrem em congressos administrados pela ABAG, é possível identificar os interesses centrais e os atores que norteiam seu posicionamento político. Isso será demonstrado posteriormente.

A ideia totalizadora de todos os elos da produção agropecuária, não se limita apenas à ABAG. Esse aspecto englobante de todos os segmentos foi pensado nos anos iniciais da criação do termo agronegócio. A criação do conceito de *agribusiness* está fundamentada na homogeneidade de todos os produtores ligados à agricultura e/ou pecuária, em que todos esses representantes estariam conectados economicamente (Pompeia, 2020). A noção totalizadora ganharia no Brasil destaque por meio da ABAG, ampliando a magnitude do conceito de agronegócio no país. A apresentação da entidade

está conectada principalmente com essa ideia englobante dos elos da agropecuária, porém, é evidente o predomínio de alguns elos da cadeia em relação a outros.

Para avançar a análise sobre as manifestações da ABAG, será apresentada uma lista dos agentes que eram ou ainda fazem parte da composição no rol de associados da entidade entre os anos destacados. Importante ressaltar que os associados da ABAG não estão representados como entidade sindical, a ABAG é uma representação de empresários, associações empresariais e sindicatos patronais atuantes do setor do agronegócio. Com base nessas listas, é importante perceber a constância da participação de determinados segmentos entre esses anos, como os segmentos das usinas de cana-de-açúcar, setor financeiro, setor jurídico e empresas de fabricação de insumos agropecuários (fertilizantes, adubos, sementes, medicamentos etc.).

A lista de associados está categorizada em seis grupos temáticos, classificados conforme a atividade exercida por cada empresa ou instituição. As atividades de cada associados definem as divisões dos quadros: a **tabela 01** indica a lista de associações patronais ou empresariais do setor do agronegócio; a **tabela 02** designa as empresas de comércio ou fabricação de insumos para a atividade agropecuária (sementes, adubos, maquinário, etc.); a **tabela 03** se refere aos setores ligados à produção direta de *commodities* e/ou sua comercialização; a **tabela 04** aponta os associados que prestam serviço, como serviços de advocacia, engenharia, consultoria administrativa e cobertura midiática; a **tabela 05** indica os representantes do setor sucroalcooleiro; e, por último, na **tabela 06**, constam as instituições financeiras presentes na ABAG. Junto aos nomes dos associados, foi colocado a sua permanência ao longo dos anos de 2015 até 2022, para evidenciar aqueles que se mostram mais presentes ao longo dos anos.

Os quadros foram confeccionados por nós a partir dos relatórios de atividade de cada ano, considerando as informações da última página desses relatórios que indicam a lista completa dos associados do ano referido no documento. Para classificar os associados em seus respectivos grupos temáticos, foram coletados dados encontrados nos próprios sites de cada empresa ou em sites de terceiros para observar a atividade exercida

pelo associado⁵. As principais ferramentas utilizadas foram os sites LinkedIn e Serasa Experian.

Tabela 1- Associações patronais ou empresariais do agronegócio

Associado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aprosoja Brasil								
Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF								
ABRAPALMA - Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma								
Associação dos Estabelecimentos com Serviço de Inspeção do Estado de São Paulo (ASSEISIP)								
Ibá - Indústria Brasileira de Árvores								
Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - InpEV								
Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB								
Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal – SINDIVEG								
Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN								
União dos Produtores de Bioenergia – UDOP								
União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA								
Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau - AIPC								
Agropalma S/A								
Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal - ABISOLO								
Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários - ANDAV								
Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos - CitrusBR								
Associação Brasileira de Agronegócio da Região de Ribeirão Preto - ABAG/RP								
Cocamar Cooperativa Agroindustrial								
Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas - ABIEC								
Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos - ANIP								
CropLife Brasil								
SAE Brasil								
Associação Brasileira de Estudos das Abelhas- Abelhas								
Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO								
Coopavel Cooperativa Agroindustrial								
Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé Ltda. – COOXUPÉ								

⁵ As principais ferramentas utilizadas foram os sites LinkedIn e Serasa Experian.

Tabela 2- Empresas comercializadoras ou produtoras de insumos para a atividade agropecuária

Associado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Adeco Agropecuária Brasil S/A								
AGCO do Brasil								
Agrocere Nutrição Animal								
Basf S/A								
Bayer S/A								
Cargill Agrícola S/A								
CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda								
CME Group								
CNH Latin América Ltda								
Cofco Brasil S/A								
Coimma - Com. Ind. Mad. Met. São Cristóvão Ltda								
Dow AgroSciences Industrial Ltda.								
Du Pont do Brasil S/A								
Elanco Brasil								
Evonik Degussa Brasil Ltda.								
FMC Agricultural Products								
John Deere Brasil S/A								
Justino de Moraes Irmãos S/A – JUMIL								
Kepler Weber								
Mahindra do Brasil Industrial Ltda.								
Malteria do Vale S/A								
Máquinas Agrícolas Jacto S/A								
Michelin América do Sul								
Microbiol- Indústria e comércio Ltda.								
Monsanto do Brasil Ltda.								
Mosaic Fertilizantes P&K								
PFB Polifilm do Brasil Películas Auto Adesivas Ltda.								
Syngenta								
Valmont Indústria e Comércio Ltda.								
Vanguarda Agro S/A								
Yara Brasil Fertilizantes S/A								
Corteva Agriscience								
Masterfoods Brasil Alimentos LTDA - Mars Petcare								
Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.								
Caramuru Alimentos S/A								
JBS S/A								

Tabela 3- Empresas ligadas à produção de *commodities* e/ou sua comercialização

Associado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
SLC Agrícola S/A								
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS								
AgriFirma Brasil Agropecuária S/A								
Maubisa Agricultura S/A								
Bartira Agropecuária S/A								
O Telhar Agropecuária Ltda								
Algar S.A. Empreendimentos e Participações								
Votorantim Metais Zinco S/A								
Terra Santa Agro S/A								
Westchester Group South America Gestão de Investimentos Ltda.								

Tabela 4 - Associados ligados à prestação de serviços para o agronegócio

Associado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AgroAdvice								
Agroconsult Consultoria e Projetos Ltda								
Agrometrika Informática e Serviços de Gestão de Crédito Ltda.								
Airscout Brasil Ltda.								
BMA Advogados								
BMTCA Ativos Ambientais S/A								
Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas								
BRG Brasil Consultoria Ltda.								
Caep Brasil Education & Travel Ltda.								
Ceres Consultoria S/C Ltda								
Dannemann Siemsen Advogados								
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes								
Demarest & Almeida Advogados								
Eleve Consulting								
Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.								
Gaia, Silva, Gaede e Associados - Sociedade de Advogados								
Hub Consultores em Recursos Humanos Ltda.								
Innovatech Negócios Florestais								
IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional								
LabWare Brasil Serviços de Informática Ltda.								
LGV Advogados Associados								
Mundie Advogados								
Parallaxis Consultoria Econômica e Financeira Ltda.								
Pavan Engenharia e Participações LTDA								
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes								
Radar Propriedades Agrícolas S/A								
Reed Exhibitions Alcântara Machado								
Santos Neto Advogados								
Sollus Gestora de Terras Ltda.								
Stocche, Forbes, Padis, Filizola e Clápis Sociedade de Advogados								
Trench, Rossi e Watanabe Advogados								
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.								
Vaz Barreto Shingaki e Oioli Sociedade de Advogados								
WePlace Consultoria em Recursos Humanos Ltda								
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA								
Globo Comunicação e Participações S/A								
Sociedade de Advogados Lima Junior								
Domene e Advogados Associados								
Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados								
Sonda do Brasil Ltda.								
Mycarbon3 Ltda.								
Morelate Empreendimentos e Participações Ltda.								

Tabela 5- Representantes do setor sucroalcooleiro

Associado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Guarani S/A (diversas usinas)								
Raizen Energia								
Usina Alto Alegre S/A – Açúcar e Alcool								
Tereos S/A (diversas usinas)								
Cosan S/A								
Belem Bioenergia Brasil								
Usinas Itamarati S/A								
Copersucar S/A								

Tabela 6- Instituições financeiras

Associado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Banco Cooperativo Sieredi								
Banco do Brasil S/A								
Banco Itaú BBA S/A								
Banco Rabobank International Brasil S/A								
Banco Santander S/A								
Caixa Econômica Federal								
Cetip S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos								
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOP São Paulo								
Ecoagro								
Gaia Agro Securitizadora S/A								
B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão								
Open Securitizadora S/A								

Quando se faz a busca das pautas centrais de seus conteúdos compartilhados nas redes sociais e dos textos publicados em revistas eletrônicas e quando se analisa a composição da diretoria e das associações, certos produtos agrícolas ganham mais notoriedade em relação às outras *commodities*. O que foi percebido no recorte temporal de 2015 até 2022 é a perseverança de acolher a agenda dos setores da cana-de-açúcar,

principalmente daqueles que atuam no processamento desse produto para a produção de biocombustível. Nos documentos analisados, principalmente os documentos intitulados como “Informativos”, fica evidente como os segmentos sucroalcooleiros projetam seus interesses no interior da associação. A composição da diretoria da entidade também confirma essa hipótese, tendo em vista que os representantes dos cargos de alto escalão da associação são ligados aos setores da cana-de-açúcar.

Outro elo notório na ABAG são as empresas representantes do setor que se situam “antes da porteira”. Esse setor abrange o grupo de agentes responsáveis pela fabricação de produtos que subsidiam a produção agropecuária. A presença desse setor está categorizada em produtos ligados à indústria química, mecânica, biotecnológica, entre outras. Além de observar a frequência dessas empresas, foi identificada a sua participação não apenas por meio da quantidade numerosa de associados desse segmento. A participação dessas empresas é expressa em patrocínios e apoios aos eventos da ABAG. Empresas como a Bayer e a Agrocerec demonstram frequentemente atuação na entidade, como observado na lista anual de patrocinadores e apoiadores do “Congresso Brasileiro do Agronegócio”⁶. Interessante lembrar também o papel da Agrocerec no surgimento da entidade e sua atuação ainda vigente na ABAG. Após analisar documentos escritos pela entidade, nota-se uma repercussão das pautas que envolvem os interesses da classe dos segmentos vinculados à comercialização e processamento dos produtos (“depois da porteira”). O constante aparecimento dos discursos que abrangem questões como a falta de infraestrutura no país para comercialização e a necessidade de abertura para o mercado mundial, demonstram vínculos da entidade com o setor. Assim como, a expressiva participação das empresas sucroalcooleiras.

É interessante perceber como algumas dessas empresas assumem papéis multifuncionais e/ou são empresas matrizes de outros empreendimentos associados. O primeiro exemplo é a atuação da Cargill, que é uma corporação multinacional com atuações não apenas na indústria de alimentos ou distribuição, mas também na venda de produtos e serviços da área de nutrição animal. O outro exemplo é o caso de associadas

⁶ O Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) é um evento realizado anualmente pela ABAG desde 2002. Atualmente, o CBA é realizado em parceria com a B[3]. O evento é um encontro dos principais representantes que atuam no agronegócio brasileiro e um espaço para divulgação de empresas atuantes no agronegócio nacional ou global.

que são subsidiárias de empresas maiores, como o exemplo da Raízen, empresa de energia com presença do setor sucroalcooleiro, fundada por meio de uma integração entre a Cosan e a Shell — outra vez abrindo destaque para o setor da cana-de-açúcar e das usinas. Outra evidência é a empresa associada Yara, responsável por nutrição vegetal e soluções químicas, e a sua empresa subsidiária, Agoro Carbon Alliance, também presente na lista de associados. Por fim, verificamos a predominância de empresas estrangeiras ou subsidiárias de empresas globais no rol de associados. A maioria das empresas que manteve sua associação ou apresentou maior atuação nas atividades da entidade são empresas de origem internacional ou de controle estrangeiro. Considerando a análise sobre os membros que integram o rol de associados da ABAG e juntamente com contexto das origens e formação da entidade, é notório como a ABAG apresenta um perfil neoliberal. A grande presença de empresas estrangeiras na ABAG está diretamente relacionada ao perfil neoliberal da entidade, que defende a abertura do mercado e a integração do setor agropecuário ao comércio global. A postura de reduzir barreiras comerciais e a regulamentação interna facilita a atração de investimentos estrangeiros e fortalece o vínculo com empresas internacionais que buscam explorar o mercado do agronegócio do Brasil. Além disso, com o discurso de modernização do setor, a ABAG cria um ambiente favorável para que corporações multinacionais invistam e participem ativamente da cadeia produtiva agrícola do país. Essa presença de empresas estrangeiras também é um reflexo da visão neoliberal de que a globalização e a competição internacional são essenciais para o crescimento e a competitividade do agronegócio brasileiro.

Nas próximas seções, serão desenvolvidas as análises dos posicionamentos e manifestações da entidade nos governos vigentes entre o ano de 2015 até 2022, que corresponde ao segundo mandato de Dilma Rousseff e às presidências de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

3. A ATUAÇÃO DA ABAG NA CONJUNTURA POLÍTICA DOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER

3.1 A ABAG diante do segundo governo Dilma Rousseff

O período do segundo mandato de Dilma Rousseff compreende um cenário de profunda crise econômica e política. Daremos relevância para um dos momentos mais decisivos dessa conjuntura política: o processo de deposição de Dilma Rousseff do cargo da presidência do país. A partir daí, queremos nesse tópico discutir o posicionamento da entidade em relação ao governo petista e ao processo de *impeachment*.

Ainda no ano de 2014, momento de reeleição, a entidade não expressou formalmente apoio ou rechaço ao governo do PT. Em algumas de suas falas, o então presidente da associação, Luiz Carlos Corrêa Carvalho⁷ (Caio), afirmava a necessidade de “dar trégua ao novo governo” (Canal Rural, 2014), apontando para a necessidade de avaliar as medidas a serem tomadas a partir das propostas elaboradas na campanha eleitoral. Apesar de os comentários públicos deste período não denotarem posicionamento favorável ao *impeachment*, a ABAG não deixou de manifestar certas insatisfações face às políticas implementadas pelo governo Dilma, analisadas a seguir.

Na virada do ano de 2015, a avaliação da entidade em relação ao governo se apresenta com uma entonação mais crítica. Em um editorial publicado no início do ano de 2015, as avaliações feitas pelo presidente da entidade consideravam o cenário como um “momento preocupante” (ABAG, 2015, p.2), tendo em vista a perda de estabilidade econômica e política. Além disso, o editorial abordou esse cenário para o setor do agronegócio da seguinte maneira:

Há clara redução de orçamentos nas empresas nacionais e multinacionais, com queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, na nova realidade da correlação de preços entre o petróleo e os alimentos. Aliás, vale

⁷ Luiz Carlos Corrêa Carvalho, também conhecido como Caio, é um engenheiro agrônomo formado pela ESALQ/USP. Com experiência no setor sucroalcooleiro, foi diretor geral do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar) e secretário executivo da Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal). Foi ainda diretor de modernização do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e participou da criação do Consecana-SP. Foi presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool (2003-2007) e conselheiro do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq). Atualmente, é diretor de relações com o mercado das usinas do Grupo Alto Alegre S/A, diretor-presidente da ABAG e sócio da Canaplan, empresa de consultoria para o setor. Também integra o Conselho Superior do Agronegócio da FIESP desde 2006.

salientar, com exceção do açúcar (**face política intervencionista do governo federal, congelando os preços da gasolina e prejudicando de forma irremediável o etanol**) [...] (ABAG, 2015, p. 2, grifos nossos)

E acrescentou:

Esperamos que nesse ano de acerto e ajustes na economia brasileira, encontremos da parte do governo uma disposição para negociarmos e planejarmos em conjunto um crescimento sustentável para o setor. Essa é a nossa insistência recorrente. **A cadeia sucroenergética, pela sua magnitude e expectativa promissora, requer medidas especiais diante dos equívocos e dos prejuízos provocados pelas políticas públicas nos últimos anos.** É um dos itens prioritários da agenda de trabalho, que também incorpora outras cadeias produtivas. (ABAG, 2015, p. 2, grifos nossos)

Esses trechos do texto destacam um aspecto presente não apenas nesta publicação, mas também em outras discussões da entidade durante esse período. O ponto que evidenciamos nos trechos é a atenção dedicada aos setores sucroenergéticos por parte da associação. Considerando isso e a apresentação anterior sobre os membros da ABAG, fica evidente a relevância da participação das demandas das multinacionais do setor sucroalcooleiro dentro da entidade.

A pauta “agroenergia”, ou a pauta dos usineiros, foi um dos tópicos mais repercutidos nos materiais digitais produzidos pela ABAG em 2015. Além disso, observada a participação do presidente da entidade durante o período analisado, com participações em empresas como a Canaplan, Grupo Alto Alegre S.A e a Bioagencia, demonstram uma aproximação da ABAG com as pautas do setor sucroalcooleiro. Assim, um material chama atenção para debater essa questão: em um dos informativos presentes no período (ABAG, 2015, pp. 2-3), a primeira página do conteúdo apresenta uma entrevista com um título chamativo para mostrar a magnitude do setor sucroalcooleiro para o país: “Para especialista em energia, o governo conseguiu quebrar dois ícones nacionais: o etanol e a Petrobras” (ABAG, 2015, p. 2). A principal temática da entrevista está centrada na discussão da questão dos preços dos combustíveis e da necessidade de estimular a produção de energia de biomassa por parte do governo federal. Os comentários presentes no diálogo apontam para soluções como: definir o papel do etanol para a matriz energética brasileira, estimular o consumo de etanol e tornar o preço dos combustíveis fósseis competitivo com os preços dos biocombustíveis.

Para compreender a relação do etanol e as demandas da entidade, vale a pena fazer referência ao trabalho de Maria Angélica Paraizo (2023) sobre a agroindústria canavieira

paulista nos governos neodesenvolvimentistas. A autora apresenta o cenário fragilizado que o setor enfrentava durante o governo Dilma, configurando um momento de escassez de investimentos, problemas climáticos e demanda reduzida de etanol, e demonstra também a insatisfação do setor em relação à política de controle de preço dos derivados de petróleo (Paraizo, 2023, p. 119). Logo a relação entre Dilma e o setor não era a das mais favoráveis, principalmente, por conta da adoção por parte do governo dos combustíveis fósseis como principal produto da matriz energética do país.

No cenário de conflito com os usineiros, foi implementado um conjunto de medidas para a ampliação de crescimento econômico e industrial no país. Essas medidas estavam contempladas na implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Nessa nova política dos governos do PT, ainda no governo Lula, é observada uma relevância maior de empresas estatais nas políticas governamentais de crescimento econômico, como exemplo a Petrobras. Assim, os combustíveis fósseis entrariam como principal produto na política energética (Paraizo, 2023). Essa nova política se aprofundaria no governo Dilma, gerando o aprofundamento da insatisfação da agroindústria canavieira com o Executivo Federal (Paraizo, 2023). O papel de centralidade atribuído à cadeia do petróleo no governo Dilma possibilitou adotar esse combustível como principal produto da matriz energética e desencadeou o controle de preços dos combustíveis fósseis nas bombas de abastecimento. A partir dessa situação, o setor sucroalcooleiro adotaria um posicionamento crítico por conta do abandono de suas reivindicações pela administração federal.

Apesar de existirem conflitos entre a esfera federal e o setor sucroalcooleiro, não se pode afirmar que o governo foi omissos em relação às insatisfações do segmento. No trabalho de Paraizo (2023), são indicadas práticas políticas destinadas ao setor das usinas ainda no primeiro mandato de Dilma. Na necessidade de solucionar a questão dos preços e produção do etanol, foi implementada a Medida Provisória 532, que determinava o etanol como combustível e não mais como produto agrícola. Ademais, o governo Dilma possibilitou a criação de uma nova linha de crédito para a produção e cultivo de cana-de-açúcar, a partir do qual possibilitava a ampliação ou renovação dos canaviais. Porém, a nova linha de crédito não teve grande aproveitamento pelo setor, sendo a elevada taxa de juros e a burocracia do programa os fatores explicativos dados por parte dos usineiros para chegar a essa situação (Paraizo, 2023).

A posição do governo federal mediante o setor resultou na aprovação da resolução que autorizava a mistura do etanol junto à gasolina. O percentual do álcool anidro passou de 25% para 27% em sua composição, prevendo um aumento da produção do setor sucroenergético. Mesmo com a implementação de políticas para evitar o descontentamento do setor, essas medidas não foram o suficiente para contemplar integralmente os produtores de açúcar e etanol. Além disso, alguns pontos principais pleiteados pelo setor não foram definidos pelo governo federal, como o papel do etanol na matriz energética e a política de preços da gasolina (Paraizo, 2023). Houve também um crescimento dos preços da gasolina, entretanto, o seu aumento era acompanhado pelo crescimento dos preços do etanol (NovaCana, 2015). Logo, o percentual de paridade entre os dois combustíveis beneficiava a escolha da gasolina na bomba. O setor também se mostrou desfavorecido pela ausência de programas que estimulassem o consumo do etanol e a união da produção sucroalcooleira e automobilística para o incentivo da eficiência de motores flex.

O cenário visualizado nos anos do mandato de Dilma demonstrava os baixos preços da gasolina na bomba e a sua cotação baixa quando observada no mercado internacional, evidenciando riscos para os produtores sucroalcooleiros, já que as usinas enfrentaram a perda de competitividade face às alternativas de combustível (Canal Rural, 2015). Em razão dessa situação, a ABAG demonstrou apoio ao setor sucroalcooleiro através do compartilhamento de publicações por redes sociais que reúnem informações que validam a eficiência da produção sucroalcooleira, por meio de conteúdos que fazem referência a assuntos como sustentabilidade, mudanças climáticas, COP-21 e metas para redução de gases (Salomão & Galera, 2015). Esse discurso não apenas reforça a imagem positiva do setor, mas também ressoa com as agendas ambientais das organizações internacionais, conferindo ao agronegócio uma aura de responsabilidade ambiental. Veremos em outros tópicos as formas como o tema da sustentabilidade se mostrou como um recurso utilizado para a elaboração das demandas e manifestações da entidade.

Além das demandas do setor sucroalcooleiro, outros pontos são destacados pela ABAG, sendo eles: a carência de infraestrutura e logística e a abertura para o mercado externo. A falta de logística e infraestrutura é um ponto recorrente nos documentos da associação do ano de 2015, sendo referido também nos anos seguintes. A posição da ABAG diante desse problema é o de que o nível de produção não é acompanhado pela

expansão da infraestrutura e logística. De tal modo que, apesar do cenário favorável ao volume de produção, a atenção da entidade se dá para a precária infraestrutura do país, representando, para eles, um obstáculo para a competitividade do agronegócio brasileiro (Jornal Band News, 2015). Em um evento organizado pelo Globo Rural (2015), a fala de Luiz Carlos Carvalho Corrêa ressalta a demanda das empresas de exportações de *commodities*:

A sensação é de falta de coordenação do governo, como vimos ontem. Você começa a olhar a questão dos riscos (que o corte significa). Não temos conseguido nos livrar dos custos que o agro carrega nas costas, mas é um risco que parece cada vez maior. A logística, os portos, o planejamento do setor começam pela estrutura dos portos em um país que tende a ser o maior exportador como o Brasil (Bastos, 2015)

Em uma entrevista ao Canal Rural (2015), o presidente da associação comentou sobre os cortes nos orçamentos para 2016. Nessa ocasião, ele fazia menção ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ressaltando que, após movimentações no Congresso Nacional sobre medidas fiscais, haveria dificuldades no aumento da receita e que o Legislativo não seria favorável às demandas do agronegócio. Segundo Carvalho, o ajuste na política fiscal comprometeu um dos principais programas de investimento em infraestrutura, o PAC, resultando em cortes que impactaram diretamente o transporte de exportação das *commodities*. Quando perguntado sobre cortes ao Ministério da Agricultura e pecuária (MAPA), Carvalho disse que os cortes não eram significativos para um possível prejuízo, ressaltando que os recursos alocados se mostraram semelhantes aos do ano anterior. A maior preocupação estava centrada na questão da logística que comprometeria o escoamento e transporte das *commodities*.

Vale destacar que a principal matriz de transporte no Brasil é a rodoviária, o que resulta em um subaproveitamento de outras modalidades logísticas. Essa dependência do transporte rodoviário, caracterizada por baixa eficiência para produtores e empresas de processamento, gera custos elevados de frete e limita o volume transportado. Apesar das críticas, não foram encontradas informações que comprovem uma preferência por parte da ABAG por outros modais em relação ao rodoviário. Nesse contexto, podemos lembrar a “crise dos transportes rodoviários” ou a “paralisação dos caminhoneiros”, que evidenciou falhas logísticas no escoamento das *commodities*.

A paralisação ocorreu em 2015 em meio ao aumento dos preços do diesel e das taxas de pedágios, além de reivindicações por melhorias nas estradas e um preço mínimo

para o frete. Os impactos da paralisação afetaram diretamente a logística de exportação, uma vez que as cargas destinadas ao transporte hidroviário dependiam do transporte rodoviário. Isso resultou em um aumento no armazenamento de produtos em silos, dificultando o escoamento, especialmente de soja e milho. A ABAG se posicionou contra algumas das reivindicações da paralisação, especialmente no que se refere ao tabelamento do frete. Inicialmente, as discussões não eram diretas, e a maioria das manifestações da entidade nesse cenário se baseava em posicionamentos de outras entidades. A associação, diante desse contexto, compartilhava publicações e notas da Aprosoja na plataforma “Twitter” (@abagbrasil, 2015a; @abagbrasil, 2015b), hoje conhecida como X. Esse movimento contra o preço mínimo do frete se manteve até 2018, quando a ABAG obteve uma liminar contra o tabelamento (O Globo, 2018). Esse período também marcou uma maior mobilização da associação em relação ao tema do preço mínimo do frete, com destaque para a discussão no “Fórum Caminhos da Safra” (ABAG, 2018), evento apoiado pela ABAG. Durante o fórum, a ABAG e alguns de seus associados — como Cargill, Yara e Scania — manifestaram críticas ao tabelamento do frete rodoviário, destacando seus impactos negativos, como o aumento dos custos para as empresas. Além disso, afirmaram que a tabela seria “ilegal e viciada”.

A participação do Brasil em acordos comerciais e a demanda por maior abertura de mercado em escala mundial foi pautada também como discussão na entidade (Estadão, 2015). A partir desse fato e do que foi observado nas listas de associados da ABAG, podemos constatar a grande participação de empresas de capital estrangeiro na associação, principalmente as multinacionais que atuam no processamento dos produtos agrícolas ou no setor de insumos para a agropecuária. Segundo Maria Angélica Paraizo (2021), os diversos segmentos do agronegócio, em sua maioria, são dependentes do capital internacional. Grande parte dos insumos utilizados para a produção e manejo das *commodities* são produzidas por empresas de origem estrangeira. Além disso, é possível afirmar que essa dependência não se limita apenas aos recursos e tecnologias empregadas no campo, mas também pode se manifestar no aprofundamento da dependência no âmbito das relações comerciais, aquisição de terras por estrangeiros, barateamento de produção e abertura comercial do Brasil para o mercado internacional (Paraizo, 2021). Apesar dessa subordinação, o aumento da participação de estrangeiros no setor é conflitante, pois as empresas brasileiras do agronegócio passam a disputar comercialmente com o capital estrangeiro no mercado internacional (Paraizo, 2021). Por isso, a defesa da participação

ou não do capital estrangeiro no agronegócio brasileiro não é unânime entre os setores da agropecuária brasileira (Nakamura & Schwade, 2021).

Na associação pesquisada, a ABAG, o debate sobre a participação estrangeira se fez pouco presente nos documentos digitais encontrados online do ano de 2015, sendo apenas encontrada uma publicação (ABAG, 2015, p. 2) que ressaltava o debate sobre a participação estrangeira no território nacional. Entretanto, por meio de publicações realizadas por outros canais e atividades realizadas por associados da entidade, é possível interpretar o posicionamento favorável da entidade em relação à participação estrangeira no Brasil. Em uma matéria realizada pela revista Exame (2015), foi feita uma cobertura de uma reunião com a ex-ministra Kátia Abreu do MAPA, discutindo a necessidade de rever as restrições que limitam os investimentos estrangeiros. No texto dessa matéria pode ser encontrada uma entrevista com Luiz Cornacchioni, nesse período diretor-executivo da ABAG, que expressa o seguinte posicionamento:

A restrição está atrasando o desenvolvimento agrícola do Brasil ao aplicar a todas as empresas estrangeiras uma restrição pensada para os fundos soberanos, segundo Luiz Cornacchioni, diretor-executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Ele disse que todas as áreas agrícolas têm a ganhar com o relaxamento da proibição porque as empresas estrangeiras não investirão em terras sobre as quais não possuem direito. (Exame, 2015).

Além da entrevista com Cornacchioni e dos vínculos associativos de multinacionais estrangeiras com a ABAG, outro fato aponta para o posicionamento favorável da entidade em relação aos investimentos estrangeiros. Trazendo novamente a análise da lista de associados da entidade, é possível notar a presença de escritórios que operam em serviços jurídicos ou consultoria para estrangeiros no Brasil. Isso se mostrou presente em alguns documentos emitidos por esses associados (Oliveira, 2024; Buranello & Filho, 2024). A relação entre esses textos se assemelha no seguinte aspecto: consideram os impactos econômicos, a diminuição de investimento e o limitado desenvolvimento do país devido às restrições impostas para a livre ação do capital internacional. Nesse cenário de desnacionalização do território e dependência dos investidores estrangeiros, pode-se caracterizar como a “estrangeirização de terras”. Entendida pela ABAG como a oportunidade de negócios e fundamental saída para o desenvolvimento do país, a apropriação fundiária por estrangeiros não se limita apenas ao direito de aquisição de terra ou investimentos, mas abrange também possibilidades de flexibilização de leis, apropriação da terra e exploração dos próprios recursos da terra.

Castro, Hershaw e Sauer (2017, pp. 39-51) em seus escritos contextualizam a disputa pela terra no Brasil e os agentes que mobilizam esses conflitos. Como foi apontado anteriormente, a principal alegação para a abertura do mercado para os investidores estrangeiros está fundamentada no argumento de possibilidades para o crescimento do setor agrícola e da economia nacional. Entretanto, a expansão da participação externa no agronegócio brasileiro reforça o crescimento econômico dependente da exportação de *commodities*, provocando uma desindustrialização. Essa tendência, vista também em outros países latinos, é expressa pelo aumento da participação externa nas atividades agropecuárias, principalmente nas culturas de cana-de-açúcar e soja. As oportunidades que se abrem nesse processo estão destinadas aos agentes nacionais e estrangeiros envolvidos com a concentração de “capital, terra e informações” (Castro, Hershaw, & Sauer, 2017, p. 96). A ideia de modernidade, desde os anos iniciais do neologismo *agribusiness*, está vinculada à ideia de internacionalização. O fenômeno da internacionalização de terra é um processo “essencialmente relacional e político, envolvendo relações de poder” (de Castro, Hershaw, & Sauer, 2017, p. 80).

Dado esse cenário crítico para as relações entre a ABAG e o governo federal, podemos dizer que a entidade encaminharia um posicionamento favorável em relação ao processo de *impeachment* de Dilma. Nas próximas linhas, discutiremos como foram encaminhadas as opiniões da ABAG sobre a deposição de Dilma Rousseff e a maneira como foram feitas essas manifestações favoráveis a saída da ex-presidente.

3.2 A ABAG na conjuntura do *impeachment* de Dilma Rousseff

A interrupção de mandatos presidenciais, com a difusão dos regimes democráticos, não necessita de métodos violentos para realizar um golpe de Estado (Martuscelli, 2020, p. 76). O segundo governo Dilma foi interrompido por meio de um processo de *impeachment*, possibilitando o afastamento da presidente e garantindo a posse de Temer como presidente. A caracterização do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff não é unânime entre os analistas da política brasileira, principalmente quando surgem questionamentos sobre a definição e as razões da destituição de Rousseff.

A tese que considera o *impeachment* como um golpe é contrariada por análises que consideram a interrupção do mandato como um resultado das forças das instituições democráticas (Martuscelli, 2020, pp. 81-82). Entretanto, para essa pesquisa, não é

adequado tratar o *impeachment* apenas como um evento exclusivamente institucional. O posicionamento da ABAG nesse contexto, sendo uma entidade patronal do agronegócio, demonstra que o processo envolveu questões e interesses mais profundos. A própria realização de encontros e publicação realizados pela entidade como a carta “Agronegócio defende o estado democrático de direito”, indicam a participação do setor na defesa de seus interesses durante esse processo político. Logo, é inviável dissociar os conflitos de classe das instituições e processos políticos, especialmente no *impeachment* de Dilma Rousseff. Então, será considerado a análise Armando Boito Jr. (2018), que trata o *impeachment* como uma “ofensiva política do grande capital internacional e da fração burguesa a ele associada” (Tese referenciada por Martuscelli, 2020, p. 90). Segundo Boito Jr., a crise política do governo Dilma não é entendida apenas como a disputa entre dois projetos econômicos, entre o neodesenvolvimentista do governo petista e o neoliberal defendido pela oposição, mas também como um conflito entre as frações da classe dominante que compõem o bloco no poder.

A observação sobre a atuação e o posicionamento da ABAG nesse contexto permite compreender como o agronegócio, refletido por diferentes frações, reagiu diante desse cenário. A adesão da entidade ao *impeachment* não ocorreu de forma isolada, já que outras entidades também aderiram ao movimento de deposição de Rousseff. O setor do agronegócio e outros segmentos da classe burguesa observaram o processo como um oportunidade de reestruturar a política econômica, social e externa em termos mais favoráveis a seus interesses.

Diante desse cenário, qual é a relação da ABAG com o momento de *impeachment* de Dilma Rousseff? As primeiras páginas do informativo nº 101 e das aberturas de eventos da entidade, os debates apresentavam o setor do agronegócio como um dos setores que mesmo diante de um cenário de crise, é um dos setores com níveis de crescimento estáveis. Além disso, os comentários ressaltavam a dinâmica da atividade agropecuária de forma otimista, mesmo afirmando a existência de limites impostos ao seu crescimento, como a questão tributária, a crise fiscal, as dificuldades de orçamento governamental e a logística brasileira - questões apontadas pelo presidente da entidade, que ainda acrescentou:

Temos defendido que haja interdependência e cooperação entre todos os atores, maior governança dos setores privados e entidades de classe e que haja menos

governo e mais mercado, significando menos intervenção do Estado (ABAG, 2016).

Em um texto publicado neste número (ABAG, 2016), há uma entrevista com Ana Amélia Lemos, senadora pelo Partido Progressista (PP) do Rio Grande do Sul. Nessa matéria, Ana Amélia faz suas considerações sobre a situação política do Brasil e os desdobramentos desse contexto para o agronegócio. A primeira pergunta feita para Ana Amélia é referente à avaliação da crise vivida no país. Em resposta a essa indagação, ela afirma que Dilma Rousseff “perdeu as condições da governabilidade” (ABAG, 2016, p. 1) devido à perda de confiabilidade da população e inclusive de seus eleitores. Afirmando que a crise econômica é impactada pela crise política, logo as questões econômicas serão facilitadas quando se fizer presente a credibilidade ao governo. Depois, ressalta a conjuntura de 2016 como o momento de valorização das instituições políticas, pois essas cumprem as “funções de servir ao país e não a um partido político” (ABAG, 2016, p. 2). E finaliza a resposta com a afirmação de que “o Brasil será diferente após encerrado esse processo da Lava-Jato” (ABAG, 2016, p. 2). Na mesma página onde se encontra a entrevista com a senadora, é presente um texto sobre posicionamento da ABAG no contexto de abertura ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. A carta, publicada em 9 de março de 2016 e intitulada “Agronegócio defende o Estado democrático de direito”, sustenta a seguinte posição:

Diante da atual crise política e econômica vivida pelo País e dos últimos acontecimentos em decorrência das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público, o setor produtivo do agronegócio por meio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) conclama para que, em qualquer situação, se mantenha o Estado Democrático de Direito e o princípio da ordem pública constituída. Entendemos como legítimo o direito constitucional de todos se manifestarem, sejam quais forem as posições defendidas. Salientamos, no entanto, que tudo deve ser feito observando o respeito às instituições públicas, sem animosidades e sem violação de qualquer Lei. Vivemos a falta de confiança das empresas e da sociedade no Governo e na classe política. Um momento de redução nos investimentos, no consumo e aumento do desemprego. Essa instabilidade econômica e social afeta a todos nós. Para recuperarmos a confiança e o crescimento são necessárias mudanças significativas na política e consequentemente na economia. Reforçamos ainda nosso integral apoio à imprensa livre e à todas as instituições da nossa democracia, que vem somando esforços com a sociedade civil brasileira na defesa da ética, em especial ao trabalho realizado pela Justiça brasileira. (ABAG, 2016, p. 2)

No mês de abril do ano de 2016, Luiz Carlos Corrêa Carvalho (2016) afirmou em nome da entidade concordância em relação ao prosseguimento do processo de *impeachment* (2016). Segundo ele, o setor recebeu "muito positivamente" o prosseguimento do *impeachment* de Dilma Rousseff. O pronunciamento foi dado, pois

no dia anterior (17/04), a admissibilidade do processo de impeachment havia sido aprovada na Câmara dos Deputados. Ainda nessa conversa, o presidente da ABAG apresentou ter boas impressões em relação ao governo de Michel Temer.

A discussão do *impeachment* não ficou limitada apenas às revistas e publicações digitais da entidade, tendo em vista que o debate sobre temas como a corrupção e a deposição de Dilma foram temas debatidos em encontros presenciais da ABAG. A CBA, importante evento organizado pela associação, escolheu “Ética e o Brasil” como um dos temas para debater as questões do agronegócio brasileiro. Dado isso, junto ao contexto do congresso, surge o questionamento: a que ética a entidade estava se referindo? Com base na publicação, podemos identificar dois sentidos diferentes para a temática do evento. Primeiro, o sentido de se referir ao cenário político brasileiro, no qual a corrupção era um dos temas que circulavam com grande força. Outra interpretação feita, com base no texto publicado na revista da CBA (ABAG, 2016, pp. 1-3), é a questão da ética dentro do agronegócio, já que nesse contexto havia um debate na sociedade sobre o agronegócio como “bandido” e “explorador”. Porém, esse último sentido aparece de maneira bem pontual e sintético, aparentando ser apenas uma maneira de introduzir o assunto sobre a ética e a corrupção no governo Dilma.

No Congresso da ABAG, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, foi um dos palestrantes e enfatizou a importância da questão ética na Constituição brasileira, afirmando de forma otimista a existência de leis importantes que abarcam a questão de improbidade administrativa. Por último, estava também presente o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, que debateu a questão dos empreiteiros e diretores da Petrobras investigados e julgados. Nessa perspectiva, o economista apresentou indicadores econômicos para apontar a abertura de um cenário econômico mais positivo após a deposição da ex-presidente Dilma Rousseff.

Após a leitura da revista que cobriu o evento, ficou evidente que os discursos da ABAG em relação à administração federal haviam se transformado em críticas diretas ao governo Dilma. Ao mesmo tempo que o governo vinha se enfraquecendo, as representações do agronegócio passavam a declarar apoio ao processo de *impeachment* da presidente. Cabe salientar aqui que apesar dos esforços para evitar conflitos com o setor do agronegócio, as relações entre o governo do PT e essa cadeia produtiva se deterioraram entre 2014 e 2016. No caso da ABAG, é possível levantar a hipótese de que

a principal fonte de discordância e descontentamento da entidade foi a crise enfrentada pelos setores da cana de açúcar e das usinas, que se sentiram prejudicados pela administração do PT. Clifford Welch (2018), em uma entrevista com Luís Carlos Carvalho em 2016, destacou que o presidente da ABAG demonstrou insatisfação com as políticas adotadas pelos governos Lula e Dilma, que resultaram no fechamento de 70 fábricas de açúcar e etanol (Welch, 2018, p. 118). Ocorreu até mesmo uma mudança de postura em relação ao MAPA, já que Carvalho expressou incertezas quanto às capacidades de Kátia Abreu para liderar o MAPA, apontando que, apesar das contribuições de Abreu para a agenda do agronegócio, suas políticas, como a reforma do Código Florestal, eram consideradas “radicais” e não estavam em sintonia com a economia sustentável (Welch, 2018, p. 119).

Enquanto as relações do governo Dilma com setores da agricultura patronal estava se enfraquecendo, os movimentos e manifestantes que a apoiavam se organizavam em pequenos protestos como forma de resistência. No entanto, esses esforços eram muito menos significativos em comparação ao movimento de oposição que ganhava força durante os últimos anos dos governos neodesenvolvimentistas. Entre os apoiadores de Dilma Rousseff, se destacavam os militantes do MST, mesmo em uma situação de precário fomento do governo de políticas públicas voltadas à desapropriação de terras. Welch (2018, p. 118) chama a atenção para o fato de que a administração Dilma foi uma das mais decepcionantes em relação à reforma agrária. A postura em relação às questões agrárias mudou quando lideranças de movimentos sociais rurais começaram a apoiar o governo no contexto do processo de *impeachment*.

Assim, em 1 de abril, ciente de que o setor do agronegócio estava se articulando contra ela e que os movimentos sociais rurais a defendiam, Dilma organizou um evento para assinarem publicamente 21 decretos de reforma agrária envolvendo a desapropriação de 35 mil hectares (Welch, 2018, p. 119)

Segundo Welch, essa medida incitaria ainda mais a atuação da “bancada ruralista” no processo de deposição de Rousseff. Alguns dias depois, no dia 17 de abril, a bancada do agronegócio representada por deputados no Congresso votou favoravelmente para o processo de deposição de Dilma (Welch, 2018). Consideramos aqui o posicionamento da Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) no contexto do *impeachment*, pois durante esse momento a ABAG fazia menções sobre sua “atuação institucional” com no Instituto Pensar Agro (IPA) e na FPA, entidades consideradas como essenciais para as matérias

relevantes do agronegócio no Congresso Nacional (ABAG, 2015, p. 19; 2016, p. 21). As atividades legislativas descritas pela associação, em seus documentos, eram frequentemente direcionadas para o site da FPA.

No dia 12 de maio de 2016, o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff foi aberto pelo Senado Federal, resultando assim no seu afastamento do cargo de Presidente da República e na posse de Michel Temer como presidente interino. A entrada de Temer na administração federal foi crucial para materializar os interesses do agronegócio, interesses que só se tornariam efetivamente viáveis com a adesão à agenda golpista de 2016. O projeto neoliberal promovido pelo capital estrangeiro foi fortemente concretizado com a deposição definitiva de Dilma e a posse de Temer em 31 de agosto de 2016. O governo Temer teve um papel significativo em atender os interesses do capital internacional e seus beneficiários através de um pacote de reformas que promovia regressões em direitos sociais e trabalhistas. Essas reformas aprofundaram uma relação de exploração e subordinação em relação às grandes potências imperialistas.

No próximo tópico, aprofundaremos a análise das reformas centrais do governo Temer que atendiam os interesses das entidades patronais do agronegócio, em especial as reivindicações da ABAG.

3.3 A ABAG, O governo de Michel Temer e as “reformas urgentes”⁸.

Assim que Michel Temer tomou posse, a ABAG manifestou confiança em relação ao seu governo, sob a justificativa de que a conjuntura abriria espaço para “rumos corretos”. Com isso, o diretor da entidade no período, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, assegurava que o setor seria uma das prioridades do governo:

Para o agronegócio, a volta da confiança se dará com a inclusão do setor entre as prioridades do governo, com o retorno ao investimento e à produção na dimensão que o Brasil necessita. Nos comprometemos a continuar acreditando, investindo e produzindo (Globo Rural, 2016)

⁸ O título faz referência ao nome dado para a palestra inaugural do Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA). Colocamos o título da palestra em evidência nesse tópico, pois se mostrou como tema principal nas discussões da ABAG no final de 2016 e nos dois anos seguintes.

Em outro momento, já com Temer atuando como presidente interino, foi realizado o “*Global Agribusiness Forum 2016*”, que contou com a presença do presidente e do ministro Blairo Maggi do MAPA na abertura do evento. As informações sobre esse evento foram retiradas de um vídeo produzido pelo CanalGov (2016) no YouTube, que exhibe um resumo dos principais pontos da fala de Temer no evento. Nas filmagens, Temer profere o seguinte discurso:

Quero agradecer o manifesto escrito, não eram apenas palavras. Mas era ou é um documento escrito. [...] Eu acabei de dizer que eu vou colocar este apoio num quadro para colocar no meu gabinete. (CanalGov, 2016)

Esse documento citado é o “Manifesto de confiança ao governo brasileiro” (2016) entregue ao presidente durante o fórum. Nesse texto, visto como um documento de apoio ao governo Temer, mais de 40 entidades do agronegócio, sendo uma delas a ABAG, afirmam confiar na equipe montada pelo presidente para compor as pastas sobre agricultura, pecuária e abastecimentos e relações exteriores. Ainda ressaltam a importância do empreendedorismo do empresário rural brasileiro e avaliam que Temer apresenta uma capacidade de conquista de novos mercados no comércio internacional.

Voltando ao discurso de Temer, ele afirma ainda que:

Esse apoio é fundamental, pois a partir de um certo momento começaremos com medidas, digamos assim, mais impopulares. E as pessoas me perguntam: mas você não teme propor medidas impopulares? O meu objetivo não é eleitoral, meu objetivo é nesses dois anos e meio [...], seu eu ficar, os dois anos e meio, e conseguir colocar o Brasil nos trilhos, para mim basta, eu não quero mais nada da vida pública (CanalGov, 2016)

E conclui ao final do discurso que:

Após participar desse encontro, eu saio daqui muito mais animado, agora estou no exercício da presidência, sou apoiado dessa maneira. E ao dizer muito obrigado, muito obrigado no sentido literal, ou seja, em face desse apoio, estou muito mais obrigado a fazer um bom governo que recupere o país e reconduza aos trilhos da prosperidade e do crescimento. Com isso, eu conto com a agricultura brasileira (CanalGov, 2016).

Esses pronunciamentos foram registrados no mês de julho de 2016. O que veremos a seguir são algumas das medidas do governo em relação ao agronegócio. Procuraremos discutir se elas atendiam ou não as reivindicações da ABAG. Além disso, como observado em uma das falas, analisaremos quais foram essas “medidas impopulares” apontadas nas falas de Michel Temer e se tais medidas atendiam às demandas do agronegócio, especialmente das empresas associadas da ABAG.

Começamos apresentando como medidas: o pacote de corte dos gastos públicos de Temer, a reforma nos Ministérios. Para a nossa pesquisa, focaremos nas reformas feitas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Uma das atribuições desse ministério era a questão da reforma agrária. Além disso, o órgão era responsável pela proposição de políticas de agricultura familiar e pela demarcação de terras quilombolas e indígenas. Em 2016, as secretarias ligadas às pastas de desenvolvimento social e agrário, passaram a ser administradas pela Casa Civil (Brasil, 2016), então ocupada por Eliseu Padilha. A transferência dessas pastas para o comando da Casa Civil, contribuiu para fortalecer politicamente a agricultura empresarial em detrimento dos pequenos produtores e dos movimentos de luta pela terra. Nesse sentido, tal medida evidencia a contenção, a desarticulação ou mesmo exclusão de políticas que visam o desenvolvimento rural focado na agricultura familiar e na democratização da terra, contribuindo assim para aprofundar a desigualdade no campo.

O contexto de desmonte das políticas de desenvolvimento agrário e social, impulsionado pelo chamado “agrogolpe” (Welch, 2018, p. 109), reforça o que foi descrito no tópico anterior. Ironicamente, esse contexto é contraditório com os princípios defendidos pela ABAG. Embora a ABAG frequentemente se apresente como promotora de uma economia verde e faça uso recorrente da pauta de responsabilidade social e ambiental, o apoio da entidade foi direcionado a um governo que promovia o retrocesso dos direitos sociais e o afrouxamento das proteções ambientais.

Em 2016, como já vimos, as entidades patronais do agronegócio se mobilizaram para elaborar um manifesto encaminhado ao então presidente Michel Temer. Este documento, assinado pela ABAG, evidencia a contradição entre os discursos defendidos pela entidade e sua adesão ao desmonte das políticas voltadas para o desenvolvimento social e rural:

Certamente, as reformas de caráter estrutural são o maior desafio para a nossa sociedade. Mudanças profundas no nosso modelo de desenvolvimento forçarão os brasileiros a se engajarem na redefinição de prioridades, a fim de ajustarmos distorções e privilégios recorrentemente disfarçados de direitos adquiridos. (Canal Rural, 2016)

A passagem destacada pode ser analisada como um reflexo do imaginário dos setores da agricultura patronal. Fazer um comparativo entre direitos adquiridos e privilégios é uma forma de justificar o pacote de reformas, que favorecia os grupos

econômicos dominantes em um cenário vulnerável para os grupos dominados. Colocar direitos básicos como “privilégios” ou “disfarçados de direitos adquiridos”, contribui para enfraquecer a proteção social e jurídica de grupos sociais do campo que já são marginalizados, além de agravar as problemáticas sociais no campo brasileiro.

Além disso, daremos relevância ao pacote de reformas observadas durante o ano de 2017, principalmente à Reforma Trabalhista e à Lei da Terceirização. Nos informativos produzidos no segundo trimestre de 2017 (ABAG, 2017, p. 9), a entidade elenca os temas que considera mais urgentes, principalmente relacionados a Reforma Trabalhista. Todas essas temáticas seriam discutidas mais profundamente na “16ª edição do Congresso Brasileiro do Agronegócio — Reformar para Competir”. O uso da palavra “competir” é recorrentemente usado para fazer menção à produtividade e à eficiência da cadeia do agronegócio. Podemos também vincular a competição com a maximização de lucros, dado que a busca incessante por eficiência e produtividade visa a redução de custos e o aumento da lucratividade. Nesse contexto da competição, os grandes grupos são favorecidos, pois eles detêm maiores recursos financeiros e tecnológicos para a competição no mercado em detrimento dos pequenos produtores, exacerbando a desigualdade e concentração de mercado.

O tema da corrupção deu início à discussão sobre as necessidades das reformas no país. O primeiro palestrante, Carlos Sardenberg, afirmou que o regime político brasileiro estava dominado pela corrupção, constituindo um “capitalismo de amigos”, no qual as grandes empresas prosperam devido aos financiamentos partidários dos governos. E ainda acrescentou que essa situação foi melhorada após a deposição do governo de Dilma Rousseff (ABAG, 2017, p. 18). Além disso, segundo o palestrante, o Brasil seria uma “vítima de uma política econômica equivocada” (ABAG, 2017, p. 18), trazendo com essa fala o exemplo dos controles artificiais da energia e dos combustíveis. Por fim, completou que, com a queda de Dilma e a ascensão de Temer como presidente da República, a política econômica foi clara e determinada em razão da introdução de uma “equipe econômica competente” (ABAG, 2017, p.19). Após esse painel de abertura do evento, os debates da CBA foram conduzidos para as discussões sobre a Reforma Trabalhista, apresentada como caminho primordial para a modernização do Brasil.

O bloco “modernização trabalhista” enfocou os diálogos sobre a necessidade de modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cobrando uma modernização

das normas que regulam o trabalho, que necessitam ser diferenciadas de trabalhadores urbanos. Segundo os palestrantes convidados, a CLT teria um “forte conteúdo tutelar” e “uma pitadinha de manifesto comunista” (ABAG, 2017, p. 23). Nessa definição, o trabalhador estaria em um vínculo de dependência com o Estado. Nas análises feitas durante o evento, as reformas configurariam um novo modelo otimista nas relações trabalhistas, pois não seriam normatizadas pelo Tribunal Superior de Trabalho (TST). Essa nova configuração, vinda do Legislativo, admitiria a “livre negociação na sociedade privada” (ABAG, 2017, p. 24), chegando-se inclusive a admitir em algumas falas a possibilidade de extinguir a Justiça do Trabalho. Na opinião dos palestrantes, a tutela do TST infantilizaria os trabalhadores e produziria um custo que comprometeria a geração de emprego, a competitividade e a atração de investimentos. Por fim, prevendo um cenário pior, caso não houvesse a reforma, os palestrantes já anteciparam a importância das eleições de 2018 para não ocorrer retrocessos no Brasil (ABAG, 2017, p. 29).

Para essa discussão, é importante mencionar o trabalho de Everton Picolotto, Mateus Lazzaretti e Eduarda Trindade (2022). Nas análises dos autores, se observa os impactos resultantes das reformas neoliberais na precarização do trabalho rural (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022). As reformas direcionadas para o mundo do trabalho são a expressão da redução dos instrumentos que regulam as relações de trabalho, da flexibilização do trabalho e a diminuição dos níveis salariais. A defesa desses pontos está centrada principalmente nos argumentos de: maior segurança jurídica, contratações menos burocráticas, redução de custos e geração de emprego (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022, p. 11). Os autores observam que essas medidas não só não solucionaram o desemprego, como acentuaram a informalidade e a precarização do trabalho (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022).

Mesmo que as reformas não foram diretamente focadas nas mudanças do trabalho rural, os impactos também foram sentidos nesse meio e ainda possibilitaram a intensificação dos problemas já enfrentados por trabalhadores rurais, como a superexploração (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022). O aumento da informalidade e do trabalho autônomo são uma das principais expressões da retirada de diretos laborais, reforçada principalmente para a redução dos custos de força de trabalho e o aumento da taxa de lucro. Concordando com o que foi exposto pelos autores, sabe-se que o trabalho do mundo rural é um dos meios laborais mais precários. Se consideramos os dados

apresentados no artigo comentado, constatamos que apenas 40% dos trabalhadores rurais tinham carteira de trabalho assinada no ano de 2015 (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022, p. 14). Além disso, há inúmeras denúncias sobre condições degradantes e análogas à escravidão enfrentada por trabalhadores do campo. Nesse sentido, podemos observar que essas práticas, já características do trabalho no campo, passaram a ser legais e passíveis de judicialização devido às reformas (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022). Segundo as avaliações feitas pelos autores, os pontos que mais afligem a seguridade do trabalho rural são a “terceirização irrestrita, a desregulação da jornada de trabalho e as novas formas de contratação” (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022, p. 15).

Com forte apoio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e dos setores patronais da agroindústria, a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização garantiram a legalidade de situações que caracterizam a superexploração do trabalho ou até mesmo a condição de trabalho escravo. Além disso, proporcionaram condições vulneráveis para meios de resistência dos trabalhadores (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022). Esse conjunto de fatores coloca obstáculos à punição, dificuldades para a apresentação de denúncias de situações de exploração laboral e limitações à atuação dos sindicatos. Apesar de serem defendidas como possibilidades para a modernização do trabalho e solução para o desemprego no país, essas novas condições laborais acentuaram as desigualdades das relações entre trabalho e capital (Picolotto, Lazzaretti, & Trindade, 2022, p. 30). No contexto do trabalho no campo, práticas já historicamente observadas nesses meios abrem caminhos para acentuar a precarização do trabalho rural e criam dificuldades para a fiscalização e o combate ao trabalho escravo.

No governo Temer, percebemos o reforço da ideologia neoliberal na agenda política brasileira. Esse projeto, que não é novidade na cena política brasileira, pode ser visto durante o governo Temer como o projeto de interesses dos setores empresariais no sentido de acentuar as privatizações, restringir direitos sociais e trabalhistas e abrir a economia para capitais estrangeiros e mercadorias importadas. Além disso, é possível visualizar o protagonismo das empresas do agronegócio nesse processo. Uma evidência desse protagonismo foi a indicação de Blairo Maggi, grande empresário do setor da soja

e um dos proprietários da Amaggi ⁹, para o cargo de ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - esclarecendo que a Amaggi não é uma empresa associada da ABAG. Considerando essas questões, agora podemos entender o que são essas medidas impopulares anteriormente apontadas durante o fórum. Com a missão de colocar o país “nos trilhos da prosperidade e crescimento”, o programa neoliberal buscava contemplar os interesses da agricultura empresarial, ganhando evidência medidas como: a extinção de ministérios e um conjunto de reformas constitucionais.

A política implementada pelo governo Temer foi avaliada de maneira positiva pela ABAG. Porém, a entidade já estava visualizando os caminhos para o próximo ano, tendo em vista as eleições presidenciais de 2018. Ao final do debate, um dos convidados do fórum encerrou a discussão com uma frase de Gramsci, a qual foi incluída pela entidade em um de seus documentos:

Estamos em uma situação em que o velho já morreu, mas ainda não encontramos o novo (ABAG, 2017, p. 20)

Essa frase sugere que a ABAG estava sem alternativas políticas eficazes e diretas para atender seus interesses e indica também que a entidade buscava construir uma “terceira via” política, que representasse uma nova alternativa aos candidatos partícipes do processo eleitoral de 2018. Logo, ao usar essa frase, a ABAG sinalizava que ainda não havia encontrado uma clara opção política capaz de assegurar a implementação das demandas defendidas pelos setores representados pela entidade.

⁹ A Amaggi é uma grande empresa brasileira do setor agropecuário, fundada pela família Maggi, conhecidos como “reis da soja”. Ela é uma das maiores produtoras de soja do Brasil e atua também em outras áreas, como milho, algodão, além de atuar na comercialização e no processamento de grãos. A empresa tem uma forte presença no Mato Grosso, um dos maiores estados produtores de grãos do Brasil, e se destaca por ser uma das líderes do agronegócio no país. Blairo Maggi, um dos fundadores da Amaggi, é um empresário e político brasileiro. Além disso, foi governador do estado de Mato Grosso entre 2003 e 2011 e também foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil no governo de Michel Temer, entre 2016 e 2018.

4. A ATUAÇÃO DA ABAG NA CONJUNTURA POLÍTICA DAS ELEIÇÕES DE 2018 E DO GOVERNO BOLSONARO

4.1 A ABAG diante da ascensão do bolsonarismo

Os documentos da ABAG dos anos anteriores apresentavam um conteúdo mais diretamente politizado para ser debatido, mesmo quando fazia discussões mais breves sobre o cenário político. Contrastando-os com os documentos encontrados do ano de 2018, o debate sobre a cena política parece ter se ofuscado nas discussões públicas da entidade em uma conjuntura marcada por eleições presidenciais e pela participação de uma candidatura de extrema-direita, Jair Bolsonaro, nesse processo eleitoral.

Em alguns momentos anteriores, como o ano de 2014, a ABAG organizou encontros com os presidentiáveis ou seus representantes para o debate de propostas e ideias para o setor agroindustrial. Nos documentos encontrados de 2018, o debate eleitoral aparentou ser uma discussão secundária, presente apenas ao final do Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA). Em outras publicações da entidade ou de outros canais não foram encontradas menções feitas sobre os candidatos à presidência em 2018.

Com base no documento “relatório de atividades” feito pela ABAG, no ano de 2018, os principais feitos e pontos discutidos pela associação foram: a questão do tabelamento do frete, a Lei da terceirização, o investimento estrangeiro e a revisão sobre a abertura comercial brasileira. Nesse momento, os pontos sobre exportação aparentaram ser a principal discussão da entidade. Esse tema, que não é novidade nos debates da ABAG, ganhou uma projeção maior nos documentos emitidos pela associação durante esse período. No congresso realizado pela entidade (ABAG, 2018), os painéis de debates estavam centrados nos temas relacionados à exportação de *commodities* brasileiras e seus desafios. Após a leitura dos documentos, percebemos que as discussões da entidade no ano de 2018 eram uma continuação e um reforço daquilo já observado nos períodos anteriores.

As discussões sobre o cenário político brasileiro podem ser encontradas em uma parte do texto intitulada: “2019: Novo governo e prioridades” (ABAG, 2018, pp. 34-44). A discussão referente às eleições presidenciais, como foi comentado anteriormente, pareceu ofuscada por outras demandas. As falas dos debatedores começaram com a análise da situação política brasileira. Segundo os convidados, o Brasil estava passando

por um momento de desilusão com a política, devido aos escândalos de corrupção (ABAG, 2018, p. 35). Além disso, a análise feita pelos palestrantes não apontava uma mudança na política brasileira com os candidatos presidenciais. Algumas das falas indicavam um cenário político sem renovação, por serem “candidatos da política tradicional” ou “candidatos refratários à mudança” (ABAG, 2018, p. 36). Apesar dos diagnósticos não muito positivos, os convidados reiteraram a importância de cobrar da nova liderança a concretização de reformas políticas. Nas dez páginas destinadas para os comentários sobre o novo governo de 2019, apenas três fizeram menções às eleições e os posicionamentos da entidade em relação aos candidatos. Mas, em momento algum, esta publicação fez menção aos nomes dos candidatos à presidência. Desse modo, não conseguimos identificar um apoio claro da entidade às candidaturas do período.

Já no ano de 2019, com os resultados das eleições presidenciais, ocorreram mudanças tanto na cena política como na política interna da diretoria da ABAG. Ainda no final do ano de 2018, a entidade anunciava a mudança da presidência da associação. Nessa nova configuração, Marcello Brito¹⁰ assumiu a cadeira de presidente da ABAG. No âmbito da política brasileira, Jair Bolsonaro foi eleito como presidente da República, em um processo marcado pela prisão arbitrária de seu mais competitivo oponente: Lula da Silva.

Antes de iniciarmos a discussão sobre o posicionamento da entidade em relação ao novo cenário político, trataremos brevemente das análises acerca do governo de Jair Bolsonaro, especialmente do fenômeno do bolsonarismo. A caracterização do bolsonarismo é polêmica dentro do campo teórico da ciência política. Para analisar essa conjuntura, estamos usando como base teórica a tese formulada no artigo “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo”, de Armando Boito Jr

¹⁰ Marcello Brito possui formação em Engenharia de Alimentos, com especializações em Comércio Internacional, Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Ele também possui MBAs em Comércio Internacional, Administração e Gestão de Comércio Internacional. Entre 1997 e 2019, Brito teve uma trajetória no grupo Agropalma, atuando em diversas áreas, como diretor comercial, diretor de sustentabilidade e CEO. Também foi um dos líderes e co-facilitador na Coalizão Brasileira sobre Clima, Florestas e Agricultura. Entre 2019 e 2022, ocupou o cargo de presidente da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio). Além disso, Marcello Brito foi ex-vice-presidente da RSPO (*Roundtable on Sustainable Palm Oil*) e membro dos conselhos consultivos da *Conservation International*. Atualmente, participa do conselho do IPAM Amazônia e do Fórum Mundial de Bioeconomia (Finlândia).

(2020). Sucintamente, Boito Jr. caracteriza o bolsonarismo como movimento e governo neofascistas. O movimento de apoio a Bolsonaro, segundo Boito Jr., está contextualizado em um regime político de democracia burguesa deteriorada. Isso significa que é possível existir um movimento e um governo neofascistas, sem que exista uma ditadura fascista.

Dada essa contextualização, é possível observar que as frações burguesas se manifestaram de duas maneiras distintas em relação ao governo Bolsonaro. Como apontado por André Flores e Octávio Del Passo (2021), as relações entre essas frações e o governo foram caracterizadas tanto pela “unidade” quanto pelo “conflito” (Del Passo & Flores, 2021, p. 26). A unificação das frações burguesas é evidenciada pelas reformas neoliberais e privatizações promovidas pelo governo. No entanto, não se pode negar que existiram também conflitos relacionados à política econômica neoliberal. Um exemplo claro desse conflito é a resistência observada em alguns segmentos do agronegócio brasileiro, que manifestaram críticas em relação à abertura econômica e à crescente participação estrangeira no país.

Como já discutido no trabalho de Maria Angélica Paraizo (2021) e agora debatido no estudo de André Flores e Octávio Del Passo (2021), a abertura econômica teve um impacto significativo sobre as empresas nacionais, pois intensificaram a concorrência com o capital internacional. Nesse mesmo contexto, é importante destacar a questão da aquisição de terras por estrangeiros. Por um lado, associações como a Aprosoja alertaram que a liberação irrestrita da compra de terras poderia resultar em “uma corrida desenfreada por esses ativos, gerando consequências futuras imprevisíveis” (Canal Rural, 2021). Por outro, como discutido anteriormente, a ABAG manifestou posicionamento favorável à ampliação dos investimentos e à participação do capital externo no país. Além disso, o conflito pode ser observado nas discussões sobre as políticas ambientais predatórias e as manifestações de teor golpistas e conspiratórias promovidas por Bolsonaro e seus apoiadores.

Antes de iniciarmos a discussão sobre a posição da entidade, abordaremos um fato que chamou a nossa atenção. Referimo-nos aos posicionamentos dos dirigentes da ABAG na conjuntura política do governo Bolsonaro, especialmente a figura de Marcello Brito. Diferentemente do presidente anterior, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Brito foi a única personalidade da entidade a ser investigada mais profundamente por nossa pesquisa. A nossa investigação utilizou principalmente a plataforma digital Instagram para verificar

os posicionamentos de Marcello Brito no período em que ele ocupou o cargo de presidente da entidade. Até o momento, Carvalho não apresenta nenhuma conta nessas plataformas e não encontramos dados que mostrassem publicamente opiniões políticas. Por esse motivo, conseguimos dados limitados sobre a presidência anterior da ABAG. Por outro lado, em algumas postagens feitas entre os anos de 2019 e 2021, Brito publicou imagens que indicavam indignação em relação à figura de Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Nas fotos compartilhadas por Brito, o que mais chama a atenção são as opiniões referentes aos escândalos de corrupção relacionados à família Bolsonaro (Brito, 2020a) e à ascensão de movimentos pró-Ditadura militar (Brito, 2020b; 2021a). Além disso, vale relembrar que esse período corresponde ao momento pandêmico, então, em diversas publicações Marcello Brito questionava como a gestão federal estava tratando essa questão crítica de saúde pública. Em algumas dessas postagens, ele afirmava a necessidade da vacinação da população (Brito, 2020c) e repudiava as manifestações bolsonaristas durante a pandemia (Brito, 2021b).

Figura 1 - Envolvimento de Jair e Michele Bolsonaro com Fabrício Queiroz



Fonte: Brito (2020a)

Figura 2 - Crítica da ditadura e defesa da democracia (parte 1)



Fonte: Brito (2020b)

Figura 3 - Crítica da ditadura e defesa da democracia (parte 2)



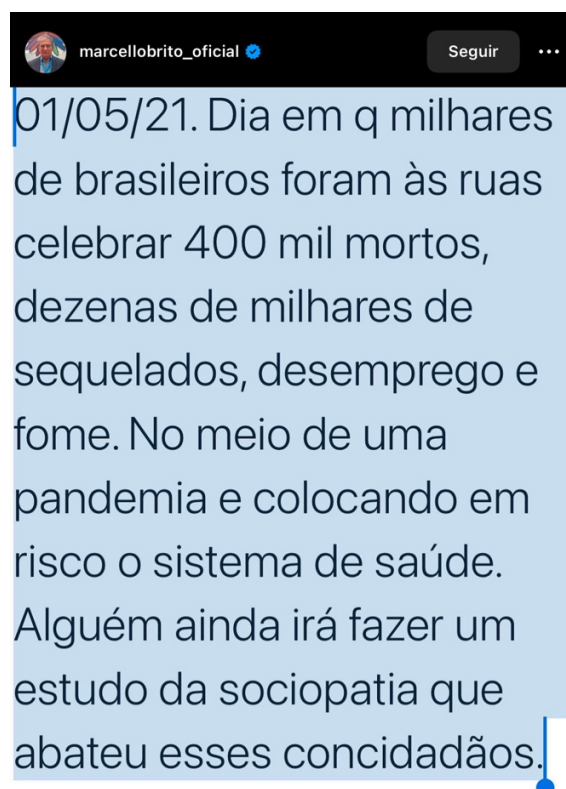
Fonte: Brito (2021a)

Figura 4 – Crítica à gestão negacionista de Bolsonaro na pandemia



Fonte: Brito (2020c)

Figura 5 – Crítica às manifestações bolsonaristas na pandemia



Fonte: Brito (2021b)

Interessante apresentar essas publicações, pois rompe com a noção homogeneizadora acerca da cadeia produtiva do agronegócio. Quando é pensado o comportamento político do setor agronegocista, geralmente, esse comportamento está vinculado a um posicionamento favorável aos discursos bolsonaristas e a uma perspectiva reacionária ou conservadora. Nos debates presidenciais de 2022, Lula chegou a afirmar que o agronegócio era “fascista e direitista” (Spechoto & Haubert, 2022). Em um outro momento, Lula discursou no ano de 2023 se referindo aos organizadores do Agrishow de Ribeirão Preto como fascistas e negacionistas (Curvello, 2023)

Percebemos que essas manifestações políticas não são um consenso entre os diversificados elos do agronegócio brasileiro. Semelhante ao que foi dito no início da pesquisa, os fracionamentos no interior do agronegócio impactam diversas dimensões da vida política. Quando observamos atentamente a Associação Brasileira do Agronegócio, é nítido a maneira como seus posicionamentos são orientados principalmente por interesse de grandes grupos multinacionais, especialmente por aqueles ligados às atividades industriais. Por esse motivo, destacamos na lista de associados a grande participação de empresas vinculadas aos produtos de subsídio para a atividade agropecuária e grupos internacionais que gerenciam grandes unidades produtivas no Brasil. O discurso “progressista” adotado por essas entidades e pelas multinacionais por elas representadas reflete o interesse das empresas em melhorar sua imagem e se posicionar como responsáveis social e eticamente, buscando uma reação positiva de consumidores e investidores (internos e externos). No entanto, esse discurso geralmente é superficial e pragmático, sendo mais usado para legitimar suas ações do que para resolver os problemas que o próprio modelo de produção tem gerado em termos sociais, políticos, ambientais, sanitários e econômicos. Nos tópicos seguintes, vamos aprofundar o exame de algumas pautas mobilizadas pela ABAG.

4.2 A crise da imagem ambiental do agronegócio e a crise democrática em tempos de pandemia

Já destacamos neste trabalho que a pauta da sustentabilidade é uma das temáticas altamente mobilizadas pela associação pesquisada. Nos documentos encontrados da ABAG, percebemos uma maior repercussão das questões socioambientais no período do governo Bolsonaro. Partimos do entendimento de que a agroindústria brasileira passava por um momento negativo em relação à sua imagem para compradores no exterior. Dado

o cenário das queimadas na Amazônia no ano de 2019, o mercado das exportações de *commodities* estaria comprometido devido ao cenário crítico e às declarações negacionistas de Jair Bolsonaro em relação à crise vista na Amazônia. Junto a isso, temos também a nomeação de Ricardo Salles para o cargo de ministro do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A associação entre o agronegócio brasileiro e o desmatamento ganhava cada vez mais projeções em mídias (Watts, 2019; Hughes, 2019) e organizações internacionais (Nasa, 2019; Ramírez, 2019). Vale ressaltar o crescimento de possíveis sanções de algumas autoridades de países da Europa diante da negligência do governo em relação à preservação ambiental. Para esse caso, podemos destacar a tentativa da França de se opor ao acordo Mercosul-União Europeia, que seria concebido como uma abertura comercial muito benéfica para a cadeia da agroindústria brasileira (G1, 2019). Além disso, havia uma cogitação da Finlândia banir a importação de carnes brasileiras na Europa (G1, 2019).

A partir daí, parte de representações do agronegócio assume mais enfaticamente o papel de reverter a percepção negativa da cadeia da agroindústria no Brasil. Associações empresariais, como a ABAG, focaram suas atividades na mudança de comunicação e aparência do agronegócio para o mercado externo. Nos anais da CBA, uma caixa de texto com falas de Marcello Brito exemplifica o foco das atividades da associação:

Às vezes temos uma realidade maravilhosa em vários setores no Brasil, mas não conseguimos passar para o público a percepção adequada. Há uma brutal diferença entre percepção e realidade. Fizemos um monitoramento, ao nível internacional, da percepção da mídia externa sobre a realidade do agronegócio brasileiro. (ABAG, 2019)

E, nas linhas seguintes, observa que:

O desmatamento, por exemplo, é um assunto sensível. Nenhum produtor é favorável ao desmatamento ilegal, no entanto, não fazemos as denúncias disso. Não fomentamos e entregamos aos órgãos de fiscalização dados do desmatamento ilegal. Por conta desse desmatamento ilegal, feito por grileiros de terras e madeireiros inescrupulosos, o agro paga alto preço. Assim, será difícil excluir a minoria ruim, e prejudica a nossa imagem, cuja grande maioria, decente e honesta, trabalha o agronegócio. Conclamamos todas as entidades do setor para sermos parceiros do governo no combate feroz ao desmatamento ilegal. Essa é a nossa obrigação. (ABAG, 2019)

Na necessidade de promover a “boa aparência” do agronegócio, as atividades da entidade ficaram centralizadas em divulgar feitos da ABAG e de seus membros em prol da sustentabilidade, discurso que não é novidade nos documentos publicados anteriormente. No relatório de atividades de 2019, a entidade enfatizou a realização de três encontros para a discussão da “Diplomacia Ambiental” (ABAG, 2019, p. 15). Não tivemos acesso aos documentos que cobriam os encontros integralmente, a ABAG apenas efetuou uma breve apresentação das discussões. Esses encontros afirmavam a importância de uma política ambiental para favorecer a política comercial, fortalecer principalmente os acordos entre o Mercosul e a União Europeia.

As profundas críticas ambientalistas colocaram em conflito as ações dos empresários da cadeia produtiva agropecuária. No período, houve um aumento dos desmatamentos e queimadas e parte do empresariado agropecuário começou a promover uma agenda com temas socioambientais (Pompeia, 2023). Essa ação não é homogênea entre os setores do agronegócio, tendo em vista que há diferentes posições adotados pelos diversos setores do agronegócio no que se refere às pautas sustentáveis e ambientais (Pompeia, 2023). Importante ressaltar aqui a saída da Aprosoja da lista de associados da ABAG no ano de 2020 (SNA, 2020), que pode ser considerado um exemplo das disputas internas no agronegócio, caracterizadas por uma diversidade de posicionamentos que não se restringe apenas ao tipo e à escala das atividades desempenhadas, mas também abrangem interesses políticos. As entidades mais conservadoras, como a Aprosoja, tendem a adotar uma postura mais alinhada ao bolsonarismo, sendo mais favoráveis à flexibilização das regulamentações ambientais, à expansão da fronteira agrícola, à ampliação da posse de armas no campo, entre outras pautas. Por outro lado, as entidades mais moderadas, como a ABAG, adotam uma postura mais institucional e pragmática, buscando uma posição mais conciliatória com o mercado externo. Essa dinâmica não se limita apenas à Aprosoja e à ABAG. Como evidenciado por Luana Forlini (2021), um processo similar pode ser observado em outras associações que, assim como a ABAG, se relacionam com os interesses das *tradings* da agroindústria. No estudo da autora, se destaca a disputa entre a Aprosoja e a Abiove, com posições políticas divergentes. De maneira análoga ao nosso trabalho, as frações mais conservadoras buscam desregulamentações e maior alinhamento com o governo Bolsonaro, enquanto as representações voltadas para o comércio internacional, como a Abiove, buscam um

posicionamento mais crítico às pautas bolsonaristas, reconhecendo que práticas mais destrutivas podem prejudicar a competitividade do Brasil no mercado global.

A Aprosoja enquanto uma das representantes das frações mais conservadoras do agronegócio, encontrou no posicionamento da ABAG uma forma de limitação de seus interesses, levando à ruptura formal entre as duas entidades. As divergências principais entre as associações era a participação da ABAG na Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, grupo que propôs um documento com demandas de política ambiental para Jair Bolsonaro e seu vice. A insatisfação da Aprosoja era justificada pelo motivo de não ser mais representada pela ABAG por entender que esta entidade exigia medidas além daquelas previstas no Código Florestal. Além disso, afirmaram insatisfação quanto às medidas que a ABAG tomava para o comércio no mercado externo:

Eles usam o agro para se vender como bonitos para o exterior, dizendo: ‘Olha, regulamos os produtores da forma como vocês querem (Canal Rural, 2020)

A fala do representante da Aprosoja não é algo sem sentido, pois podemos observar claramente essa mudança de comportamento em função das pressões do mercado internacional. As práticas das sanções podem ser interpretadas como uma forma de manter o controle sobre os países exportadores de *commodities*. As exigências para a agenda da sustentabilidade, obrigam os países exportadores a executarem padrões de produção que apresentam alto custo e um aparato tecnológico caro e de difícil acesso. Não queremos afirmar que parte dos produtores não tem participação nas práticas predatórias da produção agropecuária. Porém, é nítido que o Brasil é um país que enfrenta limitações em termos de recursos, infraestrutura e técnica para a adoção e cumprimento de exigências nos padrões de produção sustentáveis muito elevados. Em suma, o acesso às tecnologias sustentáveis e limpas são desiguais, dentro do contexto nacional e em termos de escala global.

Outro feito divulgado pela ABAG para a melhoria da imagem do agronegócio brasileiro, foi a campanha “Seja legal com a Amazônia”. Lançada no final de 2019, a campanha iniciada por ONGs, empresas e por parte do agronegócio tinha como objetivo “conscientizar a população e principalmente os tomadores de decisão sobre esse tipo de atividade ilegal e pedir apoio às medidas necessárias para que ela acabe.” (ABAG, 2019, pp. 20-21). A campanha foi assinada pela ABAG e outras entidades patronais da

agroindústria¹¹. A iniciativa enquadrava a necessidade de medidas para resolução dos conflitos fundiários, porém excluía do debate os conflitos de terra com os povos indígenas. Esse aspecto traz uma outra abordagem importante: geralmente, as pautas socioambientais se concentram exclusivamente em metas e objetivos puramente ambientais, colocando em segundo plano ou até mesmo omitindo questões sobre comunidades locais, pequenos produtores e direito dos trabalhadores rurais. Essa abordagem reducionista coloca em prática um modelo de desenvolvimento ambientalmente responsável, mas reproduz e acentua desigualdades e opressões sociais.

Além dessas ações ambientais promovidas pela ABAG durante esse período, ficou muito evidente o descontentamento da entidade, principalmente de Marcello Brito, em relação à gestão de Jair Bolsonaro na presidência. Por este motivo, chamamos a atenção anteriormente sobre as opiniões políticas de Brito. Além disso, observamos que os posicionamentos negativos em relação à imagem de Bolsonaro se mostraram mais presentes em outros canais do que em documentos próprios da entidade. A maioria das falas analisadas sobre a crise da imagem do agronegócio, foram encontradas em outros canais e todos esses com a representação de Marcello Brito.

A política ambiental do governo Bolsonaro gerou descontentamento em alguns dos setores da cadeia do agronegócio, incluindo a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Essas preocupações são particularmente relevantes para aqueles que atuam no mercado de exportações. O descontentamento de Marcello Brito em relação à gestão de Jair Bolsonaro, especialmente em relação ao ex-ministro Ricardo Salles, ficou evidente em várias ocasiões. Entre esses episódios, destacam-se: uma entrevista de Brito ao MyNews (MyNews, 2021) sobre a postura do Brasil com o meio ambiente, a abstenção da ABAG em assinar uma nota de apoio à Ricardo Salles (Estadão, 2020), o posicionamento da entidade sobre a saída de Ricardo Salles do Ministério do Meio

¹¹ A campanha “Seja Legal com a Amazônia” foi promovida pelas seguintes entidades: ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio, ABIEC - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, AIPC - Associação das Indústrias Processadoras de Cacau, CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, GTPS - Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável, IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores, Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, IPAM - Instituto de Pesquisa da Amazônia e SRB - Sociedade Rural Brasileira.

Ambiente (MMA) e as críticas da ABAG em relação à publicação em comemoração ao dia do agricultor.

Era nítido o descontentamento da ABAG em relação à política ambiental adotada nos anos do governo Bolsonaro. Brito, presidente da associação, em algumas de suas falas (MyNews, 2021) reafirmava a necessidade de retomada da liderança e do protagonismo do Brasil nas pautas de sustentabilidade, chamando a atenção para os perigos que um certo descompromisso impactaria na economia do agronegócio. Em uma entrevista com Mara Luquet do MyNews, Brito não deixou de falar sobre a figura de Jair Bolsonaro na presidência e sua postura frente às pautas ambientais:

Marcello Brito diz que nunca se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro, nem com o ex-ministro do meio Ambiente Ricardo Salles e acredita que a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, faz um bom trabalho e “roda o Brasil apagando incêndios”. Sobre a possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro mudar a postura em relação às questões ambientais, Marcello Brito é enfático: “Eu não acredito. Quanto mais sofisticada for a abrangência de conhecimento de uma pessoa, melhor ele será como político, como pessoa, como profissional. E quando você tem esse conhecimento, você tem o entendimento que se dá pela vitória coletiva. Todo mundo que trabalha do lado dele diz que não dá pra conversar, que ele diz que está certo”. (MyNews, 2021)

A fala de Marcello Brito revela a complexidade da relação entre o governo federal de Jair Bolsonaro e alguns setores do agronegócio. Um dos pontos destacados por Brito é a falta de diálogo entre entidades como a ABAG e o governo. Além disso, ele critica uma figura central no debate sobre meio ambiente e sustentabilidade: o ex-ministro Ricardo Salles. Vale lembrar um episódio ocorrido em 2020, quando várias entidades e empresas manifestaram apoio a Salles após declarações polêmicas feitas em uma reunião ministerial. Naquela ocasião, Salles afirmou que o momento pandêmico poderia ser aproveitado para “passar a boiada”, metáfora que ele empregou para se referir à aprovação das reformas infralegais de desregulamentação ambiental, por considerar que o foco da imprensa estava na COVID-19 (Lacerda, 2020). O apoio a Salles foi formalizado em uma nota assinada por cerca de 70 associações, incluindo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Em contrapartida, é notável a ausência da ABAG como apoiadora da nota e a crítica de Brito ao apoio ao representante do Ministério do Meio Ambiente. Segundo ele, a ideia de “passar as coisas de baciada” é prejudicial para a imagem do agronegócio (Estadão, 2020). Brito também comentou sobre a assinatura da CNA:

Eu não vou considerar a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil). Porque CNA, CNI (indústria), CNS (serviços) e CNC

(comércio de bens, serviços e turismo) são confederações tocadas com dinheiro de renúncia fiscal do governo. Nunca vi nenhuma dessas confederações contrárias a qualquer posição de governo ora no poder. (Estadão, 2020)

A saída de Ricardo Salles no comando do MMA, segundo Brito, foi uma “surpresa” (Rodrigues, 2021). Nesse encontro com o canal CNN, Brito não indica claramente qual o posicionamento da entidade em relação ao afastamento, preferindo afirmar que: “não há o que se comemorar ou lamentar” (Rodrigues, 2021). Mesmo assim, apresentou críticas sobre as ações adotadas pelo ex-ministro enquanto esteve à frente do MMA. Em um outro veículo de comunicações, o Globo Rural, Brito afirmou que o afastamento de Salles do cargo não representou grandes mudanças nas políticas ambientais do país. A avaliação feita considera que as mudanças nas políticas ambientais não serão feitas, pois essas políticas “sempre foram a luz e voz do Presidente da República” (Globo Rural, 2021).

Em outro momento, Marcello Brito foi convidado a conceder uma outra entrevista novamente para a CNN (2021) para discutir a homenagem feita pelo governo federal ao “Dia do Agricultor”. A chamada da matéria dizia o seguinte: “Governo faz homenagem com foto de homem armado: Secom apagou publicação após críticas nas redes sociais”. A Secretária de Comunicação da Presidência (Secom) fez uma publicação exibindo uma foto de um homem (agricultor) com uma arma de fogo na mão. Além da foto e legenda homenageando o agricultor, outra frase, logo depois da foto, ganhou fortes críticas: “Além disso, o Presidente @jairbolsonaro estendeu a posse de arma do proprietário rural a toda sua propriedade” (Brasil, 2021). Segundo o entrevistado, Marcello Brito, a ABAG reagiu imediatamente em relação à postagem, pois comprometeria ainda mais a imagem do agronegócio: “[...] a secretaria da presidência nos premiou com esse desserviço à imagem do agronegócio brasileiro”. Dando continuidade à entrevista, foi perguntado: “o governo é um dos principais responsáveis por essa imagem negativa?” e em resposta Brito disse:

Eu dividiria em duas partes, o MAPA se esforça monumentalmente para transformar essa imagem do agro brasileiro, criar uma imagem positiva do Brasil no exterior. Mas, por outro lado, a gente vê esse tipo de campanha e esse tipo de comunicação que não tem nada a ver com a agricultura brasileira e não tem nada a ver com o agronegócio brasileiro. O que eu gostaria, é que a mesma competência que está sendo utilizada, politicamente para reverter os rumos do governo, fossem utilizadas também nas questões do nosso setor para garantir o nosso acesso à mercado [...] (CNN Brasil, 2021).

A ABAG, em agosto de 2021, lançou junto com outras entidades¹² do setor agroindustrial uma carta relacionada aos acontecimentos observados na cena política brasileira. Quando questionado sobre esse documento, Marcello Brito em uma conversa no programa Roda Viva disse que o texto não era de crítica a uma pessoa, mas “é um chamamento para colocar os adultos em sala” (Piovesana, 2021). Além disso, afirmou que era favorável a qualquer manifestação, desde que sejam democráticas, pacíficas e ordeiras. Nesse diálogo, o antigo presidente da associação não se referiu a nenhuma manifestações específica e afirmou que os posicionamentos da ABAG não tinham o intuito de representar o setor todo do agronegócio. Mesmo que Brito não tenha se referido a qualquer tipo de manifestação não democrática, temos duas interpretações sobre quais eram as possíveis manifestações referidas nessa fala. A primeira, pode ser a aproximação entre alguns dos setores do agronegócio e o bolsonarismo, como a Aprosoja. E a segunda interpretação leva ao entendimento de uma crítica em relação às manifestações bolsonaristas como um todo. Junto a isso, algumas das entidades do setor publicaram:

¹² O manifesto intitulado “Manifestação de entidades do setor agroindustrial” foi assinado pelas seguintes entidades: ABAG, ABIOVE, ABISOLO, ABRAPALMA, CropLife, Ibá e sindiveg. Importante mencionar que todas as entidades presentes são associadas da ABAG.

Figura 6- Manifesto de apoio de entidade agroindustriais ao Estado Democrático de Direito

MANIFESTAÇÃO DE ENTIDADES DO SETOR AGROINDUSTRIAL

30/08/21

As entidades associativas abaixo assinadas tornam pública sua preocupação com os atuais desafios à harmonia político-institucional e, como consequência, à estabilidade econômica e social em nosso país. Somos responsáveis pela geração de milhões de empregos, por forte participação na balança comercial e como base arrecadatória expressiva de tributos públicos. Assim, em nome de nossos setores, cumprimos o dever de nos juntar a muitas outras vozes responsáveis, em chamamento a que nossas lideranças se mostrem à altura do Brasil e de sua História agora prestes a celebrar o bicentenário da Independência.

A Constituição de 1988 definiu o Estado Democrático de Direito no âmbito do qual escolhemos viver e construir o Brasil com que sonhamos. Mais de três décadas de trajetória democrática, não sem percalços ou frustrações, porém também repleta de conquistas e avanços dos quais podemos nos orgulhar. Mais de três décadas de liberdade e pluralismo, com alternância de poder em eleições legítimas e frequentes.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil, para ser efetivo e sustentável, requer paz e tranquilidade, condições indispensáveis para seguir avançando na caminhada civilizatória de uma nacionalidade fraterna e solidária, que reconhece a maioria sem ignorar as minorias, que acolhe e fomenta a diversidade, que viceja no confronto respeitoso entre ideias que se antepõem, sem qualquer tipo de violência entre pessoas ou grupos. Acima de tudo, uma sociedade que não mais tolere a miséria e a desigualdade que tanto nos envergonham.

As amplas cadeias produtivas e setores econômicos que representamos precisam de estabilidade, de segurança jurídica, de harmonia, enfim, para poder trabalhar. Em uma palavra, é de liberdade que precisamos – para empreender, gerar e compartilhar riqueza, para contratar e comercializar, no Brasil e no exterior. É o Estado Democrático de Direito que nos assegura essa liberdade empreendedora essencial numa economia capitalista, o que é o inverso de aventuras radicais, greves e paralisações ilegais, de qualquer politização ou partidização nociva que, longe de resolver nossos problemas, certamente os agravará.

Somos uma das maiores economias do planeta, um dos países mais importantes do mundo, sob qualquer aspecto, e não nos podemos apresentar à comunidade das Nações como uma sociedade permanentemente tensionada em crises intermináveis ou em risco de retrocessos e rupturas institucionais. O Brasil é muito maior e melhor do que a imagem que temos projetado ao mundo. Isto está nos custando caro e levará tempo para reverter.

A moderna agroindústria brasileira tem história de sucesso reconhecida mundo afora, como resultado da inovação e da sustentabilidade que nos tornaram potência agroambiental global. Somos força do progresso, do avanço, da estabilidade indispensável e não de crises evitáveis. Seguiremos contribuindo para a construção de um futuro de prosperidade e dinamismo para o Brasil, como temos feito ao longo dos últimos anos. O Brasil pode contar com nosso trabalho sério e comprovadamente frutífero.



Fonte: ABAG (2021)

É possível encontrar outros sinais de insatisfação da ABAG com a gestão do governo Bolsonaro. Ainda no mês de agosto de 2021, foi compartilhada pela entidade (ABAG, 2021; 2021.), através do Twitter e do Instagram, uma matéria da revista Veja com o título: “Conflito com STF e Congresso racha redutos eleitorais de Bolsonaro.” (Casado, 2021). O compartilhamento dessa matéria não ganhou grande repercussão na plataforma X, porém no Instagram recebeu um número considerável de comentários de outros usuários. Os comentários estavam divididos entre apoio ao posicionamento da

entidade e os que desaprovavam as críticas feitas por Marcello Brito e pela ABAG aos movimentos bolsonaristas. Comentários como “você não me representam” ou “a ABAG não representa o agro” eram os mais comuns entre as indignações manifestas dos usuários. O conteúdo em si da matéria apontava sobre as discordâncias entre os elos empresariais do agronegócio acerca de manifestações de apoio ao governo. Segundo a revista, a divisão do setor avançou conforme aumentava o “extremismo antiambiental” (Casado, 2021).

Voltando a análise do documento anexado, publicado no dia 30 de agosto de 2021, porém postado no site da ABAG em uma data muito estratégica ao nosso ver. Quando buscamos a data de publicação desse manifesto no portal de notícias da ABAG, encontramos a data de 08 de setembro de 2021, um dia após à data comemorativa da Independência do Brasil, marcada em 2021 pelos protestos de 07 de setembro contra e a favor do governo Bolsonaro.

Os atos convocados por Jair Bolsonaro no ano de 2021, exatamente na data comemorativa da Independência do Brasil, foram a expressão das pautas de teor golpista e antidemocrático. As manifestações ocorreram em diversas cidades brasileiras, porém ganharam mais destaque aquelas ocorridas nas principais capitais do país – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Nos protestos bolsonaristas, as reivindicações mais presentes eram as que faziam a defesa de uma intervenção militar, atacavam o STF e seus representantes e questionavam a legalidade do processo eleitoral para as próximas eleições. Lembrando, também, que esses protestos ocorreram durante o momento pandêmico da Covid-19, alguns manifestações dessas aglomerações desrespeitaram os protocolos de saúde, principalmente o uso obrigatório de máscaras, entre eles o próprio Bolsonaro.

No final do ano de 2021, Marcello Brito foi convidado para uma entrevista com o jornal Estadão (Kattah & Venceslau, 2021). No conteúdo da reportagem, Brito é colocado como o vocalizador das “críticas mais contundentes do setor agroindustrial brasileiro ao atual governo federal” (Kattah & Venceslau, 2021). Além de apontar as insatisfações em relação à política de desmonte ambiental do governo Bolsonaro, o presidente da entidade chamou a atenção para a crise nas relações internacionais do país. Para esse caso, lamentou o período em que o ex-ministro Ernesto Araújo fazia ataques à China, com declarações de cunho sinofóbicos e discursos conspiratórios em relação a este país. Na

visão de Marcello Brito, colocar esse tipo de política ou “fazer molecagem” (Kattah & Venceslau, 2021) com países importadores como a China, é inimaginável. Frente ao Ministério das Relações Exteriores, Ernesto Araújo teria representado a destruição da diplomacia brasileira frente aos principais compradores de *commodities* brasileiras, segundo Marcello Brito (Kattah & Venceslau, 2021).

Além disso, Brito foi perguntado sobre o manifesto assinado pela entidade. Em resposta ao questionamento, ele afirmou o seguinte:

Não somos ainda uma democracia estabilizada. Ela tem sido forçada através dos tempos. Somos ainda uma democracia em consolidação. O manifesto saiu porque nós estamos preocupados. As associações que assinaram o manifesto são políticas, mas não partidárias. Essas associações viram com muita preocupação o movimento que se desenhava no dia 7 de setembro. E foi tão grave que o próprio presidente da República foi a público e se desculpou. Voltou atrás. Isso mostra que o nosso manifesto estava correto, e não aqueles que nos criticaram. (Kattah & Venceslau, 2021)

E quando questionado sobre o apoio do agro ao presidente Jair Bolsonaro e os abalos existentes na relação com esse governo, Marcello Brito apresentou a principal questão da nossa pesquisa, ao tratar da heterogeneidade da cadeia produtiva do agronegócio:

Mas qual agro está identificado (*com Bolsonaro*)? O agro está identificado (*com Bolsonaro*) por uma descrição generalista da imprensa. O agro está mesmo com o presidente? Quais setores? Temos setores nos quais o presidente da associação tem um vínculo partidário, e então ele se coloca à disposição deste partidarismo. Não vou citar nomes, mas essas estão intimamente ligadas ao presidente e ao seu espectro político. Mas mesmo dentro delas há associados que estão fora. Uma parcela do agronegócio, assim como da indústria, apoia o presidente. As pesquisas mostram que ele tem entre 25% e 30% de aprovação. Se você percorrer o nosso setor, vai ver que ele também tem entre 25% e 30% de aprovação. (Kattah & Venceslau, 2021)

A declaração de Brito ainda considerou as eleições para o ano de 2022. Nessa ocasião, o representante da entidade demonstrava predileção pela terceira via. Marcello Brito previa que haveria um espaço para a ação da terceira via, pois, segundo ele, Lula e Bolsonaro apresentavam altíssimas rejeições. Dado isso, Brito afirmou que existia alguns setores do agro, incluindo o representado por ele, que estavam na busca de um nome da terceira via.

Todos os fatos mencionados anteriormente, ocorreram durante a pandemia da COVID-19, por isso é essencial mencionar o posicionamento da ABAG diante da crise sanitária durante o governo Bolsonaro. Com base nos materiais analisados, consideramos

que a entidade adotou uma posição favorável às recomendações para mitigar a propagação da COVID-19. Como já observamos, o presidente da associação frequentemente publicava em suas redes sociais mensagens de repúdio à administração federal da saúde pública no contexto da pandemia.

Nesse mesmo sentido, a ABAG postou no Instagram uma foto com uma legenda que indicava concordância com as recomendações de combate à COVID-19:

A ABAG, assim como a maioria das nossas empresas associadas, está atendendo as recomendações das autoridades com relação aos cuidados contra o coronavírus. Diante dessa situação de contenção da doença, estamos fazendo a nossa parte: liberamos os nossos colaboradores para trabalharem de suas casas, desmarcamos reuniões presenciais e reagendamos eventos. Estamos fazendo todos os esforços possíveis para não prejudicar o andamento do trabalho, mas com todas as precauções que o momento exige. Vamos, todos, agir com responsabilidade e, acima de tudo, com solidariedade à população vulnerável. #euficoemcasa (ABAG, 2020)

Nesse cenário crítico, a posição da entidade, segundo a ABAG, é de protagonismo no atendimento às demandas sociais do país e do mundo. Esse posicionamento se desdobrou em dois discursos distintos: o primeiro sobre a participação do agronegócio na recuperação econômica. A entidade ressaltou que, considerando a fragilidade econômica e social do país, os elos produtivos desempenham um papel significativo na geração de riqueza e avanço social (Brito, 2021). Em segundo lugar, o debate sobre segurança alimentar ganhou destaque nas pautas da ABAG durante a pandemia. A entidade enfatizou a necessidade de promover a oferta de alimentos, destacando que isso requer a manutenção das estruturas logísticas (ABAG, 2020).

Em contraste com o cenário negacionista que prevalecia em alguns setores da sociedade e do agronegócio, o negacionismo nesse setor historicamente se vincula à rejeição das mudanças climáticas e seus efeitos ambientais. No contexto da pandemia, esses discursos foram adaptados às questões relacionadas a essa crise sanitária. Observamos tentativas de minimizar os riscos da COVID-19, centradas na narrativa da continuidade das atividades e da produção. Assim como em outras questões, a pandemia evidenciou uma diversidade de posicionamentos sobre a gravidade da situação e a eficácia das medidas de controle do vírus. Algumas dessas posições se assemelham às do ex-presidente Jair Bolsonaro, que frequentemente minimizava a gravidade da COVID-19 e defendia a continuidade das atividades, incluindo as do agronegócio. Esse discurso foi refletido em algumas figuras e entidades do setor.

O discurso sobre a continuidade das atividades e da economia do agronegócio, independentemente do cenário pandêmico, também se fez presente em manifestações que se opuseram às medidas de isolamento e controle para evitar a propagação do vírus. Um exemplo é Antonio Galvan, ex-presidente da Aprosoja durante o governo Bolsonaro, que foi um dos líderes a aderir ao movimento “Brasil Verde e Amarelo”, além de protestar contra as medidas de contenção do vírus (Gosch, 2021; Instituto Humanitas Unisinos, 2021).

O bolsonarismo gerou divisões internas nas entidades representativas do agronegócio, especialmente na relação entre a ABAG e a Aprosoja. A ABAG, por sua vez, procurou adotar uma postura mais moderada e, em alguns momentos, até neutra, com foco aparente na promoção e manutenção da imagem do Brasil no cenário do mercado internacional. Nos momentos que ocorreram uma ação política direta da entidade, por exemplo entre 2018 e 2022, acabou gerando tensões com alguns dos segmentos do setor que se alinharam de forma mais explícita e direta ao movimento e à agenda de Bolsonaro. Além disso, podemos considerar esses momentos de tensão como uma disputa pela legitimidade de representação. Considerando o exemplo da Aprosoja, quando essa entidade se retira da ABAG, ela não está apenas se distanciando da entidade, mas está disputando quem está representado o agronegócio brasileiro e tentando solidificar uma imagem do setor com base em seus interesses. Essas tensões podem ser vistas como um reflexo das disputas internas entre os setores mais conservadores e tradicionais, que veem a presidência de Bolsonaro como uma oportunidade de fortalecimento de interesses mais particulares. Por outro lado, os setores mais moderados, como a ABAG, aparentam buscar uma postura mais institucional e pragmática, focada nos interesses das grandes multinacionais da agroindústria. Logo, o agronegócio enquanto um bloco de interesses econômicos heterogêneos, não é monolítico, e a polarização política entre o bolsonarismo e outros campos políticos reflete uma disputa por representação e interesses econômicos e ideológicos.

4.3 A ABAG no cenário eleitoral de 2022

Antes de iniciar a discussão sobre o cenário eleitoral de 2022, é importante mencionar que a diretoria da ABAG durante o governo Bolsonaro foi presidida por Marcello Brito durante um período de quatro anos, como já previsto pela entidade. Logo, Brito presidiaria a ABAG até 2022, depois disso, uma assembleia decidiria uma nova

diretoria. Ocorre que, em novembro de 2021, a ABAG anunciou Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Caio) como o novo presidente da associação para 2022, lembrando que Carvalho já havia comandado a associação entre 2012 e 2018. As motivações por trás da volta de Carvalho para o comando da ABAG não são explicitamente claras, mas observando as posturas entre Brito e Carvalho nos leva a interpretar que a entidade estava buscando uma figura que representasse publicamente a entidade de uma maneira mais moderada e menos confrontacionista, especialmente após o período de tensões em torno do governo Bolsonaro.

Como se sabe as mudanças não ocorreriam apenas no interior da entidade, pois ao final de 2022, ocorreriam as eleições presidenciais. Diante desse cenário, a ABAG não manifestou formalmente apoio a nenhum candidato à presidência e nem publicou conteúdos relacionados ao processo eleitoral que estava em andamento. Ao analisar a cronologia das posturas da ABAG durante os anos eleitorais, fica evidente que a entidade vinha se distanciando progressivamente da adoção de posições públicas sobre assuntos relacionados aos candidatos e ao próprio processo eleitoral. Esse comportamento difere de cenários anteriores, como nas eleições do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando a ABAG organizou um encontro com representantes dos presidenciáveis para discutir suas propostas para o setor. Possivelmente, devido ao cenário mais polarizado, se viu a necessidade de evitar trazer o debate eleitoral para dentro da entidade. Mesmo com esse distanciamento público em relação ao processo eleitoral, a ABAG se prontificou em emitir uma nota que negava o apoio formal aos candidatos das eleições de 2022.

A ABAG – associação brasileira do agronegócio, presidida pelo Luiz Carlos Corrêa Carvalho, esclarece que, por força estatutária, não está apoiando formalmente candidatos às atuais eleições para a presidência da república e governos estaduais (Schiaffarino, 2022).

A nota emitida pela associação não menciona nenhum dos candidatos, porém o texto foi publicado após Marcello Brito, nesse período ex-presidente da ABAG, declarar apoio a Lula no segundo turno das eleições. Nessa ocasião, foi gravado por Simone Tebet um compilado de vídeos de empresários declarando apoio a Lula no segundo turno das eleições, entre os 70 vídeos de empresários estava presente o vídeo de apoio de Marcello Brito (Schiaffarino, 2022):

Estive com a Simone (Tebet) desde o dia 1 e agora no segundo turno optei por votar no Lula 13. Os motivos são os que tangeram a minha vida: uma vida dedicada ao trabalho do agronegócio sustentável, da Amazônia preservada e

de um País querido no exterior. Sempre fui muito bem aceito em todos os países que passei. Ultimamente, senti vergonha de fazer a defesa de um País que se apresentava de forma tão diferente da sua história. Este é meu motivo. Quero ter o direito de continuar a trabalhar o Brasil que nós queremos no futuro de forma democrática, de forma amigável e tranquila” (Duarte, 2022)

Nesse contexto, podemos interpretar que provavelmente Marcello Brito encontrou em Simone Tebet a figura de uma possível “terceira via”. Inicialmente, no primeiro turno das eleições de 2018, Tebet se posicionava como uma alternativa política diante dos candidatos Lula e Bolsonaro, representando uma opção para aqueles que buscavam opções fora dos dois polos. Nesse sentido, ela atraía uma parte significativa de eleitores e de empresários que não se identificavam ou estavam insatisfeitos com a dualidade que estava o cenário eleitoral. No entanto, ao ser derrotada no primeiro turno, Tebet declarou apoio à Lula. Se Tebet era vista inicialmente como a “terceira via”, acabou por se tornar um ponto de referência na disputa entre os candidatos Lula e Bolsonaro. No caso específico de Marcello Brito, sua adesão a Lula no segundo turno reflete uma tendência observada entre outros empresários, como aqueles que participaram do vídeo com Simone Tebet. Ou seja, embora ambos os candidatos não fossem as opções preferenciais no primeiro turno, muitos empresários acabaram por apoiar Lula no segundo. Essa mudança de posicionamento é um reflexo do reconhecimento das possíveis consequências de uma vitória de Bolsonaro, cujo discurso cada vez mais agressivo em relação às instituições políticas e judiciárias do país gerava um cenário de instabilidade. Tal contexto poderia resultar em uma crise econômica ainda mais difícil para o setor privado, levando, assim, a um redirecionamento estratégico de apoio para garantir um ambiente mais estável e seguro para os negócios.

Retomando a nota oficial emitida pela ABAG, é observada uma tentativa da entidade em se distanciar de posicionamentos que poderiam gerar a percepção de alinhamento com algum partido ou candidato específico. Nesse caso, o apoio de Brito à Lula resultaria em uma associação entre a entidade e o candidato. Durante a presidência de Brito, a ABAG adotou uma postura crítica ao governo Bolsonaro, especialmente em relação à questão ambiental, o que gerou insatisfação em alguns segmentos do agronegócio ligados ao bolsonarismo, como a Aprosoja. A postura formalmente neutra da entidade não significa ausência de posicionamento político, mas reflete, na verdade, uma escolha estratégica que pode ocultar disputas internas e diferentes linhas de pensamento dentro da própria associação. Embora o discurso oficial da ABAG se apresente de forma neutra em certos momentos políticos, ao investigar mais a fundo a diretoria e as

declarações da nova presidência da associação, é possível perceber uma clara preferência política entre os representantes da ABAG desse momento. Isso fica evidente quando se observa a mudança de postura entre as gestões, especialmente em relação ao governo Bolsonaro. Durante a gestão de Marcello Brito, a entidade tinha uma postura mais crítica ao governo, principalmente nas questões de políticas ambientais. No entanto, com a chegada de Luiz Carlos Corrêa Carvalho, a narrativa mudou para um discurso mais moderado ou até ausente de críticas ao governo de Jair Bolsonaro. Porém, ao não se posicionar explicitamente, a ABAG permite que seus membros se expressem livremente, mas também corre o risco de ser associada a essas posições mais particulares, especialmente quando membros ou ex-membros de destaque, como ocorreu com o apoio público de Marcello Brito a Lula.

Em um artigo de opinião, Carvalho (2022) destacou a importância da cooperação internacional para as questões relacionadas à Amazônia e reconheceu que existia uma “má vontade” da Europa em relação ao governo Bolsonaro. No mesmo período, demonstrou preocupação com a candidatura de Lula, especialmente em relação, segundo Carvalho, ao discurso de Lula sobre a “invasão de terras” e as questões envolvendo a agricultura (Kramer, 2022), o que reflete um posicionamento mais conservador dentro do agronegócio. Outra fala semelhante de Carvalho foi feita em uma entrevista com “O joio e o trigo” (2022). Segundo Carvalho, a gestão do governo Bolsonaro para a agricultura foi uma “felicidade incrível” e um “momento de valorização do Ministério da Agricultura”, concluindo, por fim, que foram “anos felizes”. Entretanto quando perguntado se Bolsonaro seria o melhor candidato para o agronegócio em 2022, o presidente da associação, ainda que não faça referência aos nomes dos candidatos, deixa explícita a preferência pela candidatura de Bolsonaro:

A gente enquanto ABAG não tem uma posição política definida, a gente conhece os dois candidatos [...] A gente viveu um período anterior o qual o agro foi tratado de uma forma inadequada e agora de uma forma adequada, naturalmente a gente percebe pelas manifestações, como aqui da Agrishow hoje, que o agro aplaude esses últimos anos e desaprova os anos anteriores (O joio e o trigo, 2022).

As diferenças de posicionamento não se limitam apenas aos discursos ou declarações dos presidentes da ABAG, mas também se refletem no tempo de presidência entre Carvalho e Brito, o que, em certa medida, espelha a dinâmica interna da entidade e sugere uma possível disputa pela direção política da associação. A gestão de Marcello Brito foi relativamente mais curta, com um mandato que durou menos tempo, enquanto

a presidência de Carvalho foi significativamente mais longa. Durante seu mandato, Carvalho adotou uma postura mais conciliatória em relação ao governo do ex-presidente, ao contrário de Brito que se posicionou de forma mais crítica, especialmente nas questões ambientais, se alinhando com setores da oposição. Esse contraste nas gestões pode ser interpretado como um reflexo das complexas disputas políticas e de interesses dentro da ABAG, onde, embora haja uma aparência de neutralidade, existem divergências internas consideráveis. Enquanto alguns membros da associação, particularmente os mais alinhados com as políticas de Bolsonaro, podem apoiar a postura mais conciliatória de Carvalho, outros podem se inclinar para a postura crítica de Marcello Brito. Essas divergências de posicionamento político não se limitam apenas às preferências por candidatos, mas também envolvem a discussão sobre se a associação deve ou não adotar publicamente uma posição política formal.

Mesmo que nas falas de Carvalho nas entrevistas citadas anteriormente, estejam presentes um posicionamento favorável e positivo à figura de Jair Bolsonaro, institucionalmente a entidade aparenta ser mais distante de posicionamentos que levem a sua associação a algum candidato ou partido. Por exemplo, mesmo com críticas em relação aos anteriores governos Lula, a ABAG emitiu formalmente uma nota sobre as expectativas sobre o novo governo eleito em 2022:

A Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) disse, em nota, ter a expectativa de que o “governo democrático” eleito domingo (30) leve à pacificação do País, à adoção de uma política econômica para um crescimento equilibrado dos diferentes setores e à integração entre a iniciativa privada e o poder público para a continuidade de políticas públicas “em prol um agronegócio pujante, produtivo, sustentável e capaz de contribuir para a erradicação da insegurança alimentar no mundo, provendo o País de comida e energia de qualidade”. Na avaliação da entidade, será necessária a retomada da diplomacia para tratar das questões da geopolítica global. Cita também “o combate consistente” ao desmatamento de áreas ilegais nos biomas brasileiros, especialmente na Amazônia, a consolidação de políticas ambientais de proteção à biodiversidade; o estímulo às atividades sob responsabilidade do setor privado, e o diálogo entre os entes privados e o governo para formação de políticas adequadas para a competitividade do agro nacional, além das reformas administrativa e tributária para reduzir o Custo Brasil.

Ainda sobre suas expectativas em relação às iniciativas do governo eleito, a Abag diz ser “fundamental a manutenção de uma política de recursos para continuidade do desenvolvimento tecnológico para o setor, apoio a mecanismos de financiamentos para custeio e investimento destinados ao produtor rural”, destaca na nota. “Salienta-se também forte empenho para aumento significativo dos recursos a serem empregados na infraestrutura de transporte da safra e a armazenagem de estoques reguladores, suprimento sustentável de fertilizantes e outros insumos necessários à maior produção e produtividade agrícola, segurança jurídica no campo, combate à criminalidade dentro do meio rural, campanhas de combate às injustas críticas recebidas pelo competente agronegócio brasileiro, interna e externamente” (BrasilAgro, 2022).

A nota exemplifica aquilo que consideramos como uma escolha estratégica da entidade em determinados contextos políticos, que aparenta conciliar os diversos segmentos que compõem a associação e até mesmo setores externos da ABAG. Ao adotar essa postura pragmática em relação ao novo governo eleito, mesmo com críticas de seus representantes, a ABAG consegue equilibrar diferentes interesses que compõem a sua base, incluindo os produtores rurais, as corporações dos insumos agropecuários e as multinacionais de alimentos. Outro aspecto importante a se considerar, tendo em vista a participação de empresas internacionais na associação, é a necessidade de lidar com demandas e pressões externas. A ABAG necessita equilibrar os interesses internos com as pressões dos mercados internacionais, já que adotando uma postura institucional neutra e mais moderada, é possível atender às demandas tanto internas quanto externas, sem colocar as duas em confronto. Além disso, ao sustentar esse comportamento, a entidade facilita a possibilidade de dialogar em contextos políticos diversos, permitindo, com isso, a concretização de seus interesses e demandas. Isso significa que, mesmo quando apresenta críticas a um governo ou suas políticas, a entidade aparenta buscar um relacionamento que permita garantir que as políticas favoráveis ao agronegócio sejam mantidas e aprimoradas.

Levando em consideração que a entidade faz uma escolha estratégica sobre seus posicionamentos políticos e efeitos práticos (benéficos ou não) para seus associados, é válido mencionar o posicionamento tomado pela entidade em relação aos ocorridos de janeiro de 2023. Sem fazer menção ao antigo presidente, Jair Bolsonaro, e aproveitando a situação para promover uma imagem positiva do agronegócio, os ataques dos manifestantes bolsonaristas à Praça dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, tornaram-se uma oportunidade para que a associação fosse vista como um setor do agronegócio comprometido com a democracia e afeito ao diálogo. Nesse contexto, a ABAG emitiu o seguinte comunicado:

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com a responsabilidade e a preocupação com os fatos ocorridos neste domingo 08/01/23, nas sedes dos três Poderes da República em Brasília, posiciona-se a favor do equilíbrio, a se procurar neste momento tenso. É descabida, ilegal e inaceitável a ação de movimentos de invasões e vandalismo, assim como não se deve fazer declarações precipitadas seja pelo setor privado ou o público. Ao defender a democracia, temos a obrigação de buscar a união e o amor pela pátria de todos os brasileiros. O agronegócio é defensor de soluções que levem à paz, inclusive tendo um de seus ilustres líderes, Alysson Paulinelli, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz. (ABAG, 2023)

Ao se posicionar contra os ataques ocorridos nas sedes dos Três Poderes, a entidade consegue organizar o desejo de ser vista como responsável e comprometida com as instituições do país. A menção a Alysson Paulinelli como candidato ao Prêmio Nobel da Paz, é particularmente simbólica nessa nota, pois reforça a ideia de que o setor está ligado à defesa e se compromete com valores humanitários e sociais. Esse tipo de postura e imagem é fundamental para a garantia de credibilidade e confiança ao setor do agronegócio brasileiro, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. Outro ponto relevante é de que os ataques aos Três Poderes não representavam os interesses do agronegócio como um todo, mas, sim, uma facção mais radicalizada de uma parcela do setor bolsonarista. Um outro questionamento que surge diante desses fatos ocorridos é se setores mais moderados, como a ABAG, tivessem se juntado aos golpistas em 8 de janeiro, o impacto na política brasileira poderia ser significativo. Ou seja, uma adesão massiva da classe empresarial e do agronegócio aos ataques ao governo eleito e ao processo democrático poderia gerar uma crise de legitimidade para o governo e resultar em uma ruptura institucional? Tal adesão poderia aprofundar a polarização política e ampliar a sensação de instabilidade no país, semelhante ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff?

Por fim, ao observar o comportamento da ABAG nesse cenário, podemos levantar algumas hipóteses sobre os rumos que a entidade assumirá nos próximos anos. Provavelmente, dado os acontecimentos do governo Bolsonaro e as eleições de 2022, é possível que a ABAG continue a adotar uma postura institucional neutra e pragmática, assim, evitando polarizações que comprometam a estabilidade de sua representação. No entanto, é possível ocorrer mudanças ou eventos que forcem a entidade a assumir um posicionamento mais explícito politicamente, como ocorrido durante os ataques de 8 de janeiro de 2023.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como propósito compreender e analisar uma entidade patronal da agroindústria brasileira, particularmente, o posicionamento político da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) no contexto político entre 2015 e 2022. Logo, a pesquisa propôs-se a observar como a ABAG, enquanto uma das principais entidades representativas do agronegócio brasileiro, se relacionou com o Estado e articulou os interesses de seus membros no contexto de polarização e crise política, em especial durante os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Consideramos que, no interior do agronegócio, existem frações com interesses contraditórios, em especial entre os setores “antes, dentro e fora da porteira”. O trabalho buscou investigar, inclusive, as divisões internas da associação e do agronegócio brasileiro, que em sua maioria são invisibilizadas por noções simplificadas do setor como um todo homogêneo. Para esta pesquisa, com base principalmente em documentos emitidos pela ABAG e por seus associados e representantes, os seguintes resultados foram identificados: 1) embora a ABAG se apresente como uma representante de todos os elos da cadeia agropecuária, as pautas defendidas e a predominância de certos associados entre 2015 e 2022 indicam que setores específicos, como o sucroalcooleiro e o de insumos agropecuários, exercem considerável influência sobre as posições da entidade; 2) além disso, apesar do discurso de unidade defendido pela ABAG, é possível observar que a entidade é permeada por interesses contraditórios, como exemplificado pelo conflito entre os interesses da Aprosoja e a agenda de sustentabilidade promovida pelas multinacionais associadas.

Em relação aos achados referentes aos três governos abordados no recorte temporal escolhido, se observa, cronologicamente, o seguinte: a ABAG, tendo o setor sucroalcooleiro como um de seus principais segmentos, gradualmente se distanciou dos governos do PT. Com o agravamento das questões relacionadas ao etanol, a entidade adotou uma postura cada vez mais crítica em relação ao governo petista de Dilma Rousseff, resultando em seu apoio ao movimento que levou ao *impeachment* da presidente. No governo Temer, após a deposição de Dilma, a ABAG se alinhou ao novo governo, acreditando que ele abriria espaço para políticas favoráveis ao setor. O governo Temer, com o apoio da ABAG e de outros segmentos do agronegócio, implementou uma agenda neoliberal focada na privatização de setores estratégicos, na redução de direitos trabalhistas e sociais, e na abertura da economia para capitais estrangeiros. Esse

alinhamento resultou em reformas que favoreciam as grandes corporações e ampliavam a exploração do trabalho rural, aprofundando a subordinação do Brasil aos interesses do agronegócio e das potências imperialistas. Esse cenário pode ser interpretado como uma demonstração da fragilidade da soberania nacional diante das pressões das grandes corporações multinacionais do setor agrícola, que colocam em prioridade seus interesses em detrimento de outros interesses sociais e até mesmo outros setores da economia. Além disso, a subordinação também está diretamente relacionada à crescente dependência do Brasil ao modelo de exportação de *commodities* no cenário internacional, que ao se tornar um grande fornecedor de produtos agrícolas para esses mercados, acaba ajustando suas políticas internas para atender aos interesses das potências imperialistas.

A pesquisa revelou que, em 2018, com as eleições presidenciais, a mudança na diretoria da ABAG, sob a liderança de Marcello Brito, evidenciou as fragmentações internas e disputas dentro do setor do agronegócio. A nova gestão focou na reformulação da imagem do agronegócio brasileiro no cenário internacional, especialmente em resposta às críticas sobre a política ambiental do governo Bolsonaro, buscando projetar uma imagem mais responsável ambientalmente. No entanto, esse esforço foi contraposto por tensões internas, como a saída da Aprosoja da ABAG e as divergências sobre posturas frente às questões ambientais, demonstrando os desafios da entidade em representar o setor de forma unificada. Durante as eleições de 2022, a ABAG adotou uma postura pragmática, tentando conciliar interesses internos e externos. A troca de liderança, com a transição de Brito para Luiz Carlos Carvalho, trouxe mudanças no posicionamento político da entidade. Enquanto Brito adotou uma postura mais crítica em relação ao governo Bolsonaro, Carvalho assumiu uma abordagem mais favorável ao governo, expressando, inclusive, preocupações com a candidatura de Lula. Essas mudanças refletem as disputas internas sobre o direcionamento político da ABAG e as estratégias necessárias para manter sua relevância e notoriedade no cenário político e econômico. Esses achados mostram a posição política da ABAG em um período de crise política. Através dessas análises, a pesquisa contribui para o entendimento de como a ABAG se posicionou nas disputas políticas ocorridas entre 2015 e 2022 e como suas estratégias variaram conforme os diferentes contextos políticos. Ao investigar a atuação da entidade, a pesquisa mostra como a ABAG, além de ser uma entidade corporativa, é também um importante agente de poder político e um mobilizador influente na política brasileira. Com isso, a pesquisa preenche uma lacuna importante nos estudos sobre o agronegócio

brasileiro, em especial sobre a ABAG, ao focar no período de 2015 a 2022, considerando que os estudos sobre a entidade se concentram em anos anteriores, o que torna a análise desse período mais recente uma contribuição significativa. Além disso, ao observar essa análise à luz da teoria de Poulantzas sobre classe e Estado, o trabalho contribui para a compreensão das relações de poder e das divergências e divisões dentro da classe dominante no Brasil.

REFERÊNCIAS

"@Aprosoja: Comunicado: #Aprosoja repudia a radicalização do movimento dos caminheiros. [#agro #paralisação](http://ow.ly/JGOpo)". 26 fevereiro de 2015. Twitter: @abagbrasil. Disponível em: <https://x.com/abagbrasil/status/571005741831737344>. Acesso em: 28 nov. 2023a.

"Devo a minha posição de presidente à agricultura brasileira", diz Temer. **Canal Rural**, 4 jul. 2016. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/diversos/devo-minha-posicao-presidente-agricultura-brasileira-diz-temer-62819/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

"Finlândia cogita banir importação de carne brasileira na Europa por causa de incêndios na Amazônia | Agronegócios". **G1**, 23 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/08/23/finlandia-cogita-banir-importacao-de-carne-brasileira-na-europa-por-cao-de-incendios-na-amazonia.ghtml>. Acessado em: 12 jul. 2024.

"França se opõe a acordo Mercosul-UE; presidente acusa Bolsonaro de mentir sobre clima". **G1**, 23 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/23/franca-se-opoe-a-acordo-merc-sul-ue-presidente-acusa-bolsonaro-de-mentir-sobre-clima.ghtml>. Acessado em: 12 jul. 2024.

"Investimento e logística são principais desafios do agronegócio no País". **Estadão**, Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/investimento-e-logistica-sao-os-principais-desafios-do-agronegocio-no-pais/>. Acessado em: 28 out. 2023.

"Não precisa passar as coisas de baciada", diz associação agro que não assinou nota em apoio a Salles". **InfoMoney**, 4 de junho de 2020, Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/nao-precisa-passar-as-coisas-de-baciada-diz-associacao-agro-que-nao-assinou-nota-em-apoio-a-salles/>. Acessado em: 25 mai. 2024.

Abag diz que Brasil "venceu uma etapa" e pede prioridade ao agro. **Gloro Rural**, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/05/abag-diz-que-brasil-venceu-uma-etapa-e-pede-prioridade-ao-agro.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Abag não vê mudanças na política ambiental mesmo com saída de Salles. **Globo Rural**, 23 jun. 2021. Disponível em:

<https://globo.rural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2021/06/abag-nao-ve-mudancas-na-politica-ambiental-mesmo-com-saida-de-salles.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Abag: Expectativa com novo governo, pacificação e política de crescimento. **Brasil Agro**, 3 nov. 2022. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/abag-expectativa-com-novo-governo-pacificacao-e-politica-de-crescimento.html>. Acesso em: 21 dez 2024.

Agroanalysis. Brasil só ganha com visão da sustentabilidade no agronegócio. Outubro de 2020. Brasil. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/download/86466/81397/190550>. Acesso em: 4 fev. 2024.

Aprosoja rompe com Abag: ‘Estão difamando a imagem do agro’. **Canal Rural**, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/aprosoja-rompe-abag-imagem-agro/>. Acesso em: 20 jul. 2024

Aprosoja se desliga da Abag apontando diferenças de interesses e objetivos. **Sociedade Nacional de agricultura**, 30 set. 2020. Disponível em: <https://sna.agr.br/aprosoja-se-desliga-da-abag-apontando-diferencas-de-interesses-e-objetivos/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

Aquisição de terras por estrangeiros na ótica do produtor rural. **Canal Rural**, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/aquisicao-terras-estrangeiros-otica-produtor-rural/>. Acesso em: 18. Jul. 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Informativo ABAG nº 97**. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Informativo-Abag-97.pdf>. São Paulo, 2020. Acesso em: 17 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Para especialista em energia, o governo conseguiu quebrar dois ícones nacionais: o etanol e a Petrobras. **Informativo ABAG nº 100**, p. 2-3. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-100.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **16º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Reformas para competir**. São Paulo, 2017, Brasil. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2017/08/anaeis-16o-cba-2017-reformar-para-competir.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **30 anos: três décadas pelo desenvolvimento do agronegócio brasileiro**. São Paulo, SP, Brasil, 2023. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2023/12/livro-abag-digital-compress.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Agro: Momento decisivo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Anais-CBA-2019-final-24-09-min.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Agronegócio defende o estado democrático de direito. **Informativo ABAG nº101**, p. 2-3, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-101.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Aviso**. São Paulo. 18 de março de 2020. Instagram: @abag_brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B94EB5tF004/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 17 de julho de 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Campanha "Seja legal com a Amazônia" é apresentada na COP e na Climate Week. **Relatório de atividades 2019**, São Paulo, p. 20-21, 2019. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Atividades-2019-final-min.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Carta do Presidente, **Relatório de atividades 2017**, p. 4, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/relatorio-de-atividades-2018-FINAL-min.pdf>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. CBA 2015 **Jornal Band News**. Youtube, 31 de ago. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yUCSgTMekcw&list=PL774A02Kf7i0Ts7wIEqEog2o-1O187zhe&index=5>>. Acesso em: 31 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. CBA se consolida como maior evento do agronegócio brasileiro, **Informativo ABAG nº103**, São Paulo, 2016. Disponível em <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-103.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Conflito com STF e Congresso racha redutos eleitorais de Bolsonaro. Leia matéria completa na @VEJA em: <https://mla.bs/ef76968f>**. São Paulo, 20 ago. 2021. Twitter: @abagbrasil. Disponível em: <https://twitter.com/abagbrasil/status/1428794036236718090>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Diplomacia Ambiental. **Relatório de atividades 2019**, São Paulo, p. 15, 2019. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Atividades-2019-final-min.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Exportar para sustentar**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Anais-ABAG-2018-final005-min.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Fissuras importantes estão acontecendo em redutos eleitorais de Jair Bolsonaro, que transformou o conflito com o Judiciário em peça de marketing da reeleição**. São Paulo. 20 de agosto de 2021. Instagram: @abag_brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CSz5CFJgPny/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 17 de julho de 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Nota ABAG – Acontecimentos nas sedes dos três Poderes da República**. ABAG, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://abag.com.br/nota-abag-acontecimentos-nas-sedes-dos-tres-poderes-da-republica/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. O papel do agronegócio no cenário desafiador de 2015. **Informativo ABAG nº 95**, São Paulo, 2015 Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-95.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. O real não é percebido. **Agro: momento decisivo**, São Paulo, p. 6-7, 2019. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Anais-CBA-2019-final-24-09-min.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Para senadora, País está sendo passado a limpo, **Informativo ABAG nº101**, p. 2-3, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/informativo-abag-101.pdf> Acesso em: 10 de novembro de 2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Quem Somos**. Fonte: ABAG. Disponível em: <https://abag.com.br/institucional-abag-historia/>. Acesso em: 28 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Reformar para competir**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2017/08/anais-16o-cba-2017-reformar-para-competir.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Relatório de atividades 2015**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Relatorio-de-atividades-final-2015.pdf>. Acesso em: 18 de outubro 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. **Relatório de atividades 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://abag.com.br/relatorio-de-atividades-2016/>. Acesso em: 10 de novembro de 2023

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO. Segurança Alimentar ameaçada pelo Coronavírus (COVID-19). **Notícias da ABAG**, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://abag.com.br/seguranca-alimentar-ameacada-pelo-coronavirus-covid-19/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Aumento da mistura de etanol à gasolina beneficia setor sucroenergético, diz Unica.

Canal Rural, 5 mar. 2015. Disponível em:

<https://www.canalrural.com.br/agricultura/cana/aumento-mistura-etanol-gasolina-beneficia-setor-sucroenergetico-diz-unica-55292/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BASTOS, T. R. Não temos conseguido nos livrar dos custos que o agro carrega nas costas, diz presidente da Abag. **Globo Rural**, 15 set. 2015. Disponível em:

<https://globorural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2015/09/nao-temos-conseguido-nos-livrar-dos-custos-que-o-agro-carrega-nas-costas-diz-presidente-da-abag.html>. Acesso em: 28 nov. 2023

BOITO JR., Armando. A crise do neodesenvolvimentismo e do governo Dilma Rousseff. **Em Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT** / Armando Boito Jr. (pp. 265-287). Campinas, SP: Editora Unicamp / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 27, n. 50, p. 111–119, 2020. DOI:

10.53000/cma.v27i50.19004. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19004>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Brasil repensa proibição de posse de terras por estrangeiros. **Exame**, 2015. Disponível em: <https://exame.com/economia/brasil-repensa-proibicao-de-posse-de-terras-por-estrangeiros/>. Acessado em: 28 nov. 2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto** n° 8786 de 16. Jun. 2016. Subordina a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8786.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.786%2C%20DE%2014%20DE%20JUNHO%20DE%202016&text=Subordina%20a%20estrutura%20do%20extinto,Civil%20da%20Presid%C3%Aancia%20da%20Rep%C3%BAblica..

Acesso em: 28 nov. 2023.

BRITO, Marcello. **Por que é tão difícil responder a essa pergunta? Um presidente não deve ser um exemplo?** Instagram: @marcellobrito_oficial. 23 ago. 2020a.

Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CEQJmYZncFj/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRITO, Marcello. **Postagem sobre movimento pró-ditadura em 2021.** São Paulo, 07 jan. 2021a. Instagram: @marcellobrito_oficial. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CNFIRcTnMLj/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 maio. 2024.

BRITO, Marcello. **Trabalho, família e honestidade combinam com DEMOCRACIA. Na DITADURA as três são atacadas.** Instagram:

@marcellobrito_oficial. 26 fev. 2020b. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/B9CIVNOHl6W/?utm_source=ig_web_copy_link.

Acesso em: 25 mai. 2024.

BRITO, Marcello. **Presidente Bolsonaro, vidas brasileiras importam**

#queremosvacinas #RespeitoParaTodos. Instagram: @marcellobrito_oficial. 9 dez.

2020c. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/CIiKN_MFXiZ/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 de mai. 2024.

BRITO, Marcello. **Declaração sobre as manifestações na pandemia.** Instagram:

@marcellobrito_oficial 2 mai. 2021b. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/COYICdin5Z-/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRITO, Marcello. **Pelo avanço econômico e social do brasil.** 27 set. 2021. Disponível

em: <https://abag.com.br/pelo-avanco-economico-e-social-do-brasil/>. Acesso em: 25 maio. 2024.

BURANELLO, Renata, & FILHO, José Afonso. **A estrangeirização de terras e a**

necessidade de um novo regime jurídico. 2024. Disponível em: <https://vbso.com.br/a-estrangeirizacao-de-terras-e-a-necessidade-de-um-novo-regime-juridico/> Acesso em: 25

mai. 2024.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)** / Regina Bruno: prefácio de José de Souza Martins – Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

CANALGOV. **Michel Temer fala sobre importância do agronegócio para o país durante evento**. 4 jul. 2016. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=vAe0pKpmH28&pbjreload=101>.

Acesso em: 28 nov. 2023.

CARVALHO, Luiz Carlos Corrêa. **Cooperação, nunca sanção! - Por Luiz Carlos Corrêa Carvalho**. UDOP, 29 set. 2022. Disponível em:

<https://www.udop.com.br/noticia/2022/9/29/cooperacao-nunca-sancao-por-luiz-carlos-correa-carvalho.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CASADO, José. Conflito com STF e Congresso racha redutos eleitorais de Bolsonaro.

Veja, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/conflito-com-stf-e-congresso-racha-redutos-eleitorais-de-bolsonaro>. Acesso em: 25 mai. 2024.

CASTRO, Luís Felipe; SAUER, Sérgio. Marcos Legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. 2017. Em R. S. Maluf, & G. Flexor, **Questões agrárias, agrícolas e rurais** (pp. 39-51). Rio de Janeiro: E-papers.

Corte em infraestrutura prejudica o agronegócio. **Canal Rural**, 15 set. 2015. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/mercado-e-cia/corte-infraestrutura-prejudica-agronegocio-62544/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Corte em infraestrutura prejudica o agronegócio. **Canal Rural**, 15 nov. 2015.

Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/mercado-e-cia/corte-infraestrutura-prejudica-agronegocio-62544/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CURVELLO, Ana Carolina. C. Lula chama organizadores da Agrishow em São Paulo de “fascistas e negacionistas”. **Gazeta do povo** 12 mai. 2023. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/lula-chama-organizadores-da-agrishow-de-fascistas-e-negacionistas/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)** / Guilherme Costa Delgado. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Em nota, a [@Aprosoja](#) pediu aos caminhoneiros que não deixem de transportar a soja do MT. Saiba mais: <http://goo.gl/6mTWC1>. 24 fev. 2015b. Twitter: [@abagbrasil](#). Disponível em: <https://x.com/abagbrasil/status/569909831810871297>. Acessado em: 28 nov. 2023.

É preciso dar trégua ao novo governo, diz presidente da Associação Brasileira do Agronegócio. **Canal Rural**, 27 out. 2014. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/preciso-dar-tregua-novo-governo-diz-presidente-associacao-brasileira-agronegocio-7524/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FERNANDES, A. H. M. **Na trama política da hegemonia do agronegócio: transformações e conexões a partir do Brasil e da Argentina**. 2022. 634 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2329/projeto/Tese_de_Doutorado_A_fons

FORNILI, Luana. A cadeia da soja e o Bolsonaro: apoio e conflito. *In: Encontro Anual da Anpocs, 45º*. 2021, Campinas. **Anais**, Campinas: 2021. p.1-28.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS Associação do agronegócio recebe decisão sobre *impeachment* "muito positivamente". 20 abr. 2016. Disponível em: <https://eesp.fgv.br/noticia/associacao-do-agronegocio-recebe-decisao-sobre-impeachment-muito-positivamente>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GOSCH, J. Galvan adere ao Brasil Verde e Amarelo e contesta até uso de máscara. **RD News**, 7 mai. 2021. Disponível em: <https://www.rdnews.com.br/executivo/conteudos/143685>. Acesso em: 15 jul. 2024

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária** / Alberto Passos Guimarães.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O mundo, hoje; v. 29)

HAUBERT, Mariana ;SPECHOTO, Caio. Parte do agronegócio é fascista e direitista, diz Lula. **Poder 360**, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/eleicoes/parte-do-agronegocio-e-fascista-e-direitista-diz-lula/>. Acesso em: 23 set. 2024.

HUGHES, R. Amazon Fires: What's the Latest in Brazil? **BBC**, 11 de outubro de 2019. Disponível em: [www.bbc.com, https://www.bbc.com/news/world-latin-america-49971563](https://www.bbc.com/news/world-latin-america-49971563). Acesso em: 16 mai. 2024

PRATO CHEIO: Por que o agro odeia o Lula? Entrevistados: Ricardo Salles, Guilherme Cassel, Aldo Rabelo, Caio Carvalho, Luiza Dulci, Argino Bedin Teresa Cristina Vendramini, Roberto Levrero. Entrevistador: Marcos Hermanson; (S.I): Joio e o Trigo, 17 jul. 2022. Podcast. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/07/por-que-o-agro-odeia-o-lula/>. Acesso em: 10 jan. 2025

KATTAH, E. VENCESLAU, P. “Para presidente de associação do agronegócio, 3ª via não deve ter pressa: ‘Esse campo vai afunilar’”. **Estadão**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/para-presidente-de-associacao-do-agronegocio-3-via-nao-deve-ter-pressa-esse-campo-vai-afunilar/>. Acesso em: 23 mai. 2024

KRAMER, Vandrê. O mercado toma partido: quem são os economistas e empresários que apoiam Lula e Bolsonaro. **Gazeta do povo**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/economistas-empresarios-que-apoiam-lula-bolsonaro-segundo-turno/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LACERDA, Elaine. **Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil**. RURIS (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 5, n. 1, 2013. DOI: 10.53000/rr.v5i1.965. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16843>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LACERDA, N. Campanha cobra posição de empresas que estariam apoiando o ministro Ricardo Salles . **Brasil de Fato**, 27 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/27/campanha-cobra-posicao-de-empresas-que-estariam-apoiando-o-ministro-ricardo-salles>. Acesso em: 18 jul. 2024

LEAL, Giuliana Franco. **Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária: um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil - CNA (1995-2001)**. 2002. 150p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1591955>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Ler Poulantzas: conceitos elementares de poder político e classe social** / Danilo Enrico Martuscelli, Leonardo Granato. – Marília: Lutas Anticapital, 2024. 100 p.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a Definição do *Impeachment* de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. DOI: 10.21057/10.21057/repamv14n2.2020.28759. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MENDONÇA, Sonia Regina de; OLIVEIRA, Pedro Cassiano de. Abag: origens históricas e consolidação hegemônica. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 18, n. 2, dez. 2015. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2065>. Acesso em: 27 jul. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v18i2.2065>.

MyNews. Marcello Brito: agronegócio está preocupado com postura do Brasil em relação ao meio ambiente. **MyNews**, 3 set. 2021. Disponível em: <https://canalmynews.com.br/economia/marcello-brito-agronegocio-preocupado-brasil-meio-ambiente/>. Acesso em: 18 jul. 2024

NAKAMURA, P., & SCHWADE, L. Venda de terras nacionais para produtores estrangeiros divide ruralistas brasileiros. **Brasil de Fato**, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/21/venda-de-terras-nacionais-para-produtores-estrangeiros-divide-ruralistas-brasileiros>. Acesso em: 19. Jul .2024

OLIVEIRA, R. Aquisição e arrendamento de imóvel rural por estrangeiro. **Demarest**, 27 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.demarest.com.br/aquisicao-e-arrendamento-de-imovel-rural-por-estrangeiro/>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

PARAIZO, Maria Angelica Chagas. **A agroindústria canavieira paulista diante dos governos neodesenvolvimentistas**. 2023. 1 recurso online (204 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/15354>. Acesso em: 17 outubro de 2023.

PARAIZO, Maria Angélica Chagas. O fracionamento de classes no interior do agronegócio e os governo neodesenvolvimentistas. In: NARCISO, P. F. & VALLE, A. , **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro**. Florianópolis: Enunciado publicações, 2021. (pp. 111-138).

Paridade etanol/gasolina se mantêm, mas preço continua subindo para o consumidor. **NovaCana**, 24 fev. 2015. Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/paridade-etanol-gasolina-preco-subindo-consumidor-240215>. Acesso em: 17 de outubro de 2023

PERDIGÃO DE CASTRO, L. F.; HERSHAW, E.; SAUER, S. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem?. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 5, n. 2, p. 74-102, 28 fev. 2018.

PICOLOTTO, E.; LAZZARETTI, M.; TRINDADE, E. **As reformas neoliberais no Brasil e os seus impactos na ação sindical e na precarização do trabalho rural**. Laborare, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 9, p. 9–33, 2022. DOI: 10.33637/2595-847x.2022-130. Disponível em: <https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/130>. Acesso em: 18 de julho de 2024..

PIOVESANA, Matheus. Manifesto é 'chamamento para colocar os adultos na sala', diz presidente da Abag. **UOL**, 30 de agosto de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/08/30/manifesto-e-chamamento-para-colocar-os-adultos-na-sala-diz-presidente-da-abag.htm>. Acesso em: 19 de Julho de 2024

POMPEIA, Caio. 2021. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante. 392 pp.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, 2020, p. 195-224.

POMPEIA, Caio. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 66, 2023. DOI: [10.11606/1678-9857.ra.2022.202839](https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202839). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/202839>. Acesso em: 28 ago. 2024.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.

Queda do petróleo pressiona ainda mais setor de etanol. **Canal Rural**, 8 jan. 2015. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/cana/queda-petroleo-pressiona-ainda-mais-setor-etanol-54415/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RAMÍREZ, Enrique Gómez. Amazon wildfire crisis: Need for an international response. EPRS European Parliamentary Research Service, **Europarl**, nov. 2019, p. 1-12. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/644198/EPRS_BRI\(2019\)644198_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/644198/EPRS_BRI(2019)644198_EN.pdf). Acesso em: 19 jul. 2024.

RODRIGUES, Jorge Fernando. ‘Ninguém esperava’, diz chefe de associação do agronegócio sobre saída de Salles. **CNN Brasil**, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/ninguem-esperava-diz-chefe-de-associacao-do-agronegocio-sobre-saida-de-salles/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SALOMÃO, Raphael, & GALERA, Vinicius. Agronegócio apoia plano do governo para redução de emissões. **Globo Rural**, 28 set. 2015. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2015/09/agronegocio-apoia-plano-do-governo-para-reducao-de-emissoes.html>. Acesso em: 15 out. 2023

SCRIVANO, Roberta. Produtores rurais conseguem liminar que os isenta de aplicar a tabela da ANTT. **O Globo**, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/produtores-rurais-conseguem-liminar-que-os-isenta-de-aplicar-tabela-da-antt-22779544>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Secom apaga publicação de homem armado para comemorar Dia do Agricultor. **Jornal da CNN**, 28 jul. 2021. Fonte: Youtube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=6X1WbLOaQ64>. Acesso em: 25 mai. 2024.

Sem máscaras, presidente da Funai e líderes da Aprosoja aglomeram em terra indígena.

Instituto Humanitas Unisinos, 29 abr. 2021. Disponível em:

<https://ihu.unisinos.br/categorias/608795-sem-mascaras-presidente-da-funai-e-lideres-da-aprosoja-aglomeram-em-terra-indigena>. Acesso em: 19 jul. 2024.

TAGUCHI, Viviane. "Logística e infraestrutura são temas do 4º Fórum Caminhos da Safra". **Globo Rural**, 15 set. 2015. Disponível em:

<https://globo rural.globo.com/Colunas/caminhos-da-safra/noticia/2015/09/globo-rural-realiza-4-forum-caminhos-da-safra1.html>. Acesso em: 13 nov. 2023

Uptick in Amazon Fire Activity in 2019. **Nasa**, 19 ago. 2019. Disponível em: earth observatory: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/145498/uptick-in-amazon-fire-activity-in-2019>. Acesso em: 19. Jul. 2024

VALLE, André Flores Penha; DEL PASSO, Octávio Fonseca. AS FRAÇÕES BURGUESAS E O GOVERNO BOLSONARO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2021). **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 21–45, 2021. DOI: 10.36311/2526-1843.2021.v6n9.p21-45. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/13417>.. Acesso em: 18 jul. 2024.

WATTS, Jonathan. Amazon rainforest fires: global leaders urged to divert Brazil from 'suicide' path. **The guardian**, 23 ago. 2019. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2019/aug/23/amazon-fires-global-leaders-urged-divert-brazil-suicide-path>. Acesso em: 21 jul. 2024.

WELCH, Andrew Welch. Governamentalidade: agenda oculta do Agrogolpe de 2016. Em F. Coelho, & R. S. Camacho, **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas** (pp. 107-133). Curitiba: Editora CRV.